



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**FORMAÇÃO E PRÁXIS DO PROFESSOR CEGO
OU COM BAIXA VISÃO DE MANAUS**

MANAUS-AM
2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CÁTIA DE LEMOS

**FORMAÇÃO E PRÁXIS DO PROFESSOR CEGO
OU COM BAIXA VISÃO DE MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. Aristonildo Chagas Araújo Nascimento.

MANAUS-AM
2008

L557f Lemos, Cátia de.
Formação e práxis do professor cego ou com baixa visão de
Manaus / Cátia de Lemos. Manaus: Universidade Federal do
Amazonas, 2008.

87 p. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado em Educação pela Ufam.

1. Formação de professores 2. Professores com deficiências
visuais – Desafios e metas. I. Título.

056.262

CDU 371.13-

CDD 371.12

FORMAÇÃO E PRÁXIS DO PROFESSOR CEGO OU COM BAIXA VISÃO DE MANAUS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. Aristonildo Chagas Araújo Nascimento.

Aprovado em 03 de novembro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Aristonildo Chagas Araújo Nascimento – Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof.^a Dr.^a Fátima Ali Abdalah Abdel Cader Nascimento – Membro
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Thomé Eliziário Tavares Filho – Membro
Universidade Federal do Amazonas

DEDICATÓRIA

Dedico a minha Dissertação de Mestrado a todos os professores cegos ou com baixa visão que na tentativa de se tornarem educadores, lutam por cidadania e pela tecetura de uma nova forma de conceber e fazer educação.

Que este trabalho possa servir de reflexão, fortalecimento e mudança da nossa própria prática profissional.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me ter dado a vida, a fé e a coragem para lutar pelas coisas que acredito.

Agradeço em especial a minha mãe Maria Claudete de Lemos, pois, inúmeras vezes, a deixei acordada por causa dos problemas que eram meus, pela paciência nos dias nebulosos e tristes, pelo amor, quando eu não sabia compreendê-la e por todos os dias em que, ao meu lado, compartilhou das minhas angústias e alegrias na elaboração deste trabalho e de muitos outros. Se não fosse por ela, eu não estaria aqui hoje. Eu sei que obrigada é pouco, então, serve o meu amor aprendiz?

Aos mestres, que me ajudaram a galgar cada degrau da minha formação e que, sem saber, plantaram em mim o desejo de ser a educadora que pretendo continuar me tornando a cada dia, o meu muito obrigada!

EM ESPECIAL:

Ao Prof. Dr. Aristonildo Chagas Araújo Nascimento, meu orientador de mestrado, que despertou novas perspectivas, aquele que aceitou o desafio de me orientar e depositou em mim a confiante esperança de realizar um bom trabalho.

À professora Dra. Fatima Ali Abdalakh Abdel Cader Nascimento, pela disponibilidade e interesse em ler e contribuir na construção desta dissertação, pois, me auxiliou muito com os demais professores desde a qualificação até o resultado final.

ADS PROFESSORES DO MESTRADO, EM ESPECIAL:

Prof. Dr. Jorge Gregório Da Silva. Prof. Dra. Arminda Mourão e Prof. Dr. José Silvério.

AOS PROFESSORES DA PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA, EM ESPECIAL:

Prof. Dra. Maria Almerinda Matos, uma grande mulher.

AOS PROFESSORES DA GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA, EM ESPECIAL:

Prof. Dr. Carlos Rojas, Prof. Dra. Ronney, Prof. Jacob.

*AOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO
AMAZONAS, EM ESPECIAL:*

Prof. Diva, Prof. Joana E Prof. Nadira.

AOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL, EM ESPECIAL:

*Prof.^a. Maria Aparecida Freire, Prof.^a. Suelly, Prof.^a. Waneide E Prof.^a. Lilane, aquela que
marcou a minha vida pelo carinho e dedicação aos alunos da 1^a série.*

ÀS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, EM ESPECIAL:

*Prof. Mariazinha, Prof. Noêmia E Prof. Nazaré Corrêa, minha alfabetizadora e grande amiga.
Aos amigos e parentes que tanto colaboraram com paciência, para que eu pudesse concluir este
Mestrado.*

*Agradeço a amizade, a ternura e a alegria incentivadora da amiga Maeby Amaro, que tanto segurou
a minha mão quando eu precisei.*

*Agradeço, enfim, àqueles que acreditaram em mim, em pequeno ou em maior grau, àqueles que
duvidando das minhas reais capacidades, me motivavam silenciosamente a superar a cada instante os
meus próprios obstáculos e me ajudaram na tecitura de quem hoje continuo me tornando.*

A todos, o meu mais sincero agradecimento.

AGRADEÇO.

HOMENAGEM PÓSTUMA

*Ao Sr. Cláudio de Lemos,
meu amado e querido avô, que me ensinou a
ser simples,
a honrar o meu nome,
a viver com ética e respeito.
a saudade e o amor que sinto jamais passarão.*

*Ao meu tio-irmão Carlos José Moura de
Lemos (Carlito),
que sempre me amou profundamente
e que a alegria de viver permanecerá para
sempre
iluminando os meus sonhos e
a minha vida, pois,
tenho a convicção de que ele continuará
abençoando todas as minhas vitórias.*

UMA VISÃO DIFERENTE DO MUNDO

*O que vejo é meio embaçado,
Um pouco sem forma, um tanto sem cor, mascarado.
O dia me é estranho,
O mundo também me é,
Vivo em meio a um sonho
De gente que não sei o que quer.
E, em meio à confusão
Me adapto, me equilíbrio e sinto em meu coração
Que ora sou sã, ora deliro.
E na minha não-visão física
Vou desvelando a essência e me soa como música,
o que vai além da aparência.
E assim pinto este mundo
De cores que não conheço, cores de todos os jeitos,
Cores que tenho apreço
E, vencendo os desafios
venço também preconceitos
de gente que vê, mas não enxerga
o coração das pessoas de gente que é fraco e se entrega
por qualquer coisinha à toa,
que ainda precisa aprender que a vida é muito boa.
E, apesar disso tudo
Vou construindo a minha história,
Pois, ninguém chega às nuvens,
Sem uma bela e dura trajetória.*

*AUTORA: CÁTIA DE LEMOS
Manaus, 05 de março de 2005.*

RESUMO

Educar não é e nunca foi uma tarefa fácil, mas, torna-se a cada dia um desafio ainda maior quando falamos na formação de professores em uma perspectiva inclusiva. Desafio constante, que instiga, alegra e decepciona, porque ser inclusivo é uma questão de escolha, por isso, é tão fundamental que todos nós exijamos dos órgãos formadores uma educação voltada para a construção da tão sonhada sociedade para todos. Inspirados nestes pressupostos emergiu a Dissertação de Mestrado intitulada: Formação e Práxis do Professor Cego ou com Baixa Visão de Manaus, aprovada pelo CEP/UFAM – CAAE nº 054.0.115.000-08. Teve como objetivos identificá-los, verificar como foi a formação acadêmica e profissional de cada um, para a partir daí, realizar um estudo acerca das dificuldades enfrentadas cotidianamente, bem como a superação dos próprios limites no desempenho pessoal e profissional destes professores. A pesquisa assumiu uma abordagem qualitativa com o enfoque na dialética e foi desenvolvida em instituições que atendem a pessoa com deficiência visual na cidade de Manaus – AM. Foram entrevistados 11 professores com deficiência visual entre maio e setembro de 2008, período destinado à coleta, sistematização e análise dos dados obtidos. Aplicou-se entrevistas semiestruturadas com Observação Direta aos participantes, para que eles pudessem relatar com maior liberdade os pontos que lhes eram relevantes. Assim, teve-se a oportunidade de conhecer os relatos de vida dos professores com deficiência visual de Manaus e, interpelados acerca do processo de formação. O professor “d” revelou: “enfrentei dificuldades no Instituto de Educação do Amazonas, depois, fui para a Universidade Federal do Amazonas cursar História. Os professores não se sentiam preparados para me dar aulas. Passei por maus momentos [...]”. Algo comum em todas as falas analisadas é que, apesar de todos os obstáculos enfrentados pelos professores, há uma fascinante vontade de continuar este processo de formação na construção de novos saberes e no aprimoramento da qualificação para o trabalho. Ousa-se acreditar que a inclusão é possível, pois, querendo ou não chegamos até aqui para provarmos que uma boa formação acadêmica e profissional constrói cidadãos preocupados com a tessitura de uma educação e porque não dizer de uma sociedade muito melhor para todos. Com a esperança de que este trabalho não se esgote em si, mas, suscite novos estudos, neste sentido é que se sugere algumas pistas como: A Formação Crítica, Ética e Política dos Professores Cegos ou com Baixa Visão; Inclusão: mudando conceitos, paradigmas e histórias de vida. Estes são alguns temas que podem suscitar interesses para novas pesquisas nesse campo de atuação, pois, o conhecimento não é estanque, é inacabado e somente se sustenta com a novidade aprendida a cada dia.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores. Professores com deficiência visual. Desafios e superação.

ABSTRACT

Educating is not and has never been an easy task, but it has become day after day a bigger challenge when it is related to teachers' formation through the inclusive education perspective. It is a constant challenge, which instigates, joys and disappoints, because being inclusive it is a matter of choice, that is why, it is fundamental to everyone to require from the formation organizations an education turned to the construction of the once dreamt everybody's society. Inspired by these assumptions the entitled Master Dissertation was emerged: Formation and Praxis of a Blind or with Low Sight Teacher from Manaus, which was approved by CEP/UFAM – CAAE nº 054.0.115.000-08. It has had as objectives to identify them, verifying how each of them academic formation has happened, so from this point, to achieve a study on the difficulties faced daily, as well as the overcoming of these teachers' own limits when developing personal and professionally. The research assumed a qualitative approach focusing on dialectic and it was developed in visual impairment institutions in Manaus city – Amazon. 11 visual impaired teachers were interviewed between May to September 2008, when the gathering, systematization and analyses of the data was obtained. Semi-structured interviews were applied through the participants Direct Observation, so then, they could relate more liberated their relevant considerations. So, the opportunity to get to know the visual impaired teachers' from Manaus lives narratives was obtained. And interpellated on the formation process, teacher “d” reviled: “I have faced difficulties in Amazon Education Institute, then, I started at the University of Amazon I attended under graduation in History. There, the professors did not feel prepared to have me on their lectures. I have gone through very bad moments [...]”. Something quite common in every

analyzed discourse, besides every obstacles faced by the teachers, there has been a fascinating desire to continue their formation process in searching on constructing new knowledge and enhancement on laboring qualification. It is dared to believe that inclusion is possible, as willing or not, they have got till this point, to prove a good academic and professional formation builds citizens concerned to the texture of education, and why not saying of a better society provided to everyone. Hoping this paper is not depleted on itself, therefore, it provokes new studies, this way it is suggested some clues as: Critical Formation, Ethics and Policies on Blind or Low Sight Teachers; Inclusion: changing concepts, paradigms and life history. These are some themes, which can provoke interest on new researches in this working field, as knowledge is not stagnated, it is unfinished and only supports through the knowledge acquired every day.

KEY WORDS: Teachers`Formation. Visual impaired teachers. Challenges and overcoming.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADVAM – Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas

CAPe – Centro de Atendimento Pedagógico

CMM – Colégio Militar de Manaus

CMEE – Complexo Municipal de Educação Especial

IBC – Instituto Benjamin Constant

IEA – Instituto de Educação do Amazonas

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação do Amazonas

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
1 – EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE COMO A SOCIEDADE ENXERGA A DEFICIÊNCIA FÍSICA	14
1.1 – Educação Especial (Antecedentes Históricos).....	14
1.2 – Um Novo Conceito: A Inclusão Social e Educacional	23
1.3 – A Filosofia do Olhar e os Desafios de ser uma Pessoa com Deficiência Visual	27
CAPÍTULO II	
2 – FORMANDO PROFESSORES PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL RUMO À EDUCAÇÃO DO FUTURO	30
2.1 – O Professor Cego ou com Baixa Visão e o seu Papel Educativo	30
2.2 – Formando Professores-Educadores Críticos ou Passivos?	34
2.3 – O Papel da Família na Educação da Pessoa com Deficiência Visual	37
2.4 – O Papel da Escola na Educação da Pessoa com Deficiência Visual	41
2.5 – Formando os Professores-Educadores para uma Escola Inclusiva	44
2.6 – Professor-Educador do Futuro: Esperança que Nasce no Hoje	45
CAPÍTULO III	
3 – FORMAÇÃO E PRÁXIS DOS PROFESSORES COM DEFICIÊNCIA VISUAL DE MANAUS	50
3.1 – Método	50
3.2 – Perfil dos Professores	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, nas últimas décadas, vem passando por constantes e substanciais transformações que a torna adolescente, ávida por novos conhecimentos na busca incessante de respostas que solucionem suas problemáticas.

Nesse contexto, possivelmente, mascara-se a presença das massas desprivilegiadas, excluídas de todo esse processo de emancipação social, gestando uma atmosfera de resistência e de lutas históricas com o firme propósito de trazer estes cidadãos de volta à vida.

Partindo desse pressuposto e concebendo a Educação como um direito fundamental de todas as pessoas, sentimo-nos desafiados a realizar um estudo sobre que tipo de vida, planos e objetivos, pessoas privadas da visão física podem ter.

Nesta dissertação visamos identificar quem são os professores com deficiência visual que atuam como professores na cidade de Manaus. Tendo em vista esse objetivo, buscamos, no Capítulo I, evidenciar a fundamentação teórica com estudos na área, em uma perspectiva inclusiva, bem como resgatamos a Legislação sobre a temática em questão. Primordialmente, fizemos uma rápida abordagem sobre a história da Educação Especial e Inclusiva e como a sociedade enxerga as pessoas com deficiência.

No Capítulo II, abordamos o processo de formação profissional que os professores com deficiência visual receberam, bem como procuramos refletir sobre o papel da família e da escola na superação das dificuldades que as pessoas com deficiência visual enfrentaram ao longo de sua formação profissional.

Por fim, no Capítulo III, descrevemos o método desenvolvido neste estudo, evidenciando os participantes, local, situação, instrumentos utilizados na obtenção de dados e o seu processo de análise. Apontamos, também, como pessoas privadas da visão superam suas dificuldades.

O desfecho do trabalho se dá quando analisamos como os professores com deficiência visual conseguem se ver e serem vistos além da sua deficiência, superando as limitações, pois caminhamos entre a segregação de outrora, os desafios de hoje e as vitórias do amanhã.

Não foi uma pretensão desta pesquisa, contudo, esgotar todas as possibilidades da formação dos professores cegos ou com baixa visão na capital amazonense. Pretendemos, sim, suscitar uma reflexão e abrir portas para que mais investigações se deem nessa direção.

Sabemos quanto fora difícil encontrar elementos para a elaboração desta pesquisa, pois, além de falhas profundas na formação do professor advindo dos cursos superiores hoje, ainda seria necessário que a Educação, assim como as suas modalidades de ensino, pudesse atender a todas as pessoas, sem exceções e, principalmente, sem excluir ninguém. Este foi um dos motivos relevantes para a escolha da referida temática.

Norteadas as nossas concepções, percebemos na Dialética que, ressaltada pelas palavras de Konder (1989), seria o modo de compreendermos a vida e a realidade como essencialmente contraditórias e em permanente mudança, dinamismo e transformação, o conjunto de elementos que serviriam de base metodológica para a nossa pesquisa.

Sob essa perspectiva, propusemo-nos trabalhar à luz do Materialismo histórico-crítico de Marx como categoria de análise, por entendermos, em consonância com Gadotti (2006, p. 23), “[...] que o mundo é uma realidade material (natureza e sociedade), na qual o homem está presente e pode conhecê-la e transformá-la [...]” a partir de sua própria transformação.

Segundo nos remete Gadotti (2006), acreditamos que o homem só pode inquietar-se com a realidade que conhece e, se esta não o satisfaz, ele desenvolve mecanismos e se desafia cotidianamente em transformá-la com base na própria mudança interior. Pensando assim, percebemos que o método dialético foi o que melhor atendeu às necessidades deste estudo.

Entre os inúmeros instrumentos de pesquisa estudados, utilizamos a entrevista semiestruturada com o auxílio de um roteiro que nos permitiu atingir com maior clareza os objetivos propostos. Esse instrumento consentiu que a pesquisadora (entrevistadora), em busca de um maior esclarecimento acerca das respostas dadas, tivesse mais espaço para registrar, sondar e analisar as informações quanti-qualitativas sobre cada tópico em questão, estabelecendo um diálogo com seus entrevistados, quando estes, conforme Fielding (apud MAY, 2004, p. 7); “[...] utilizam ao lhes ser solicitado que ofereçam relatos sobre suas ações e crenças”. Acreditamos que foi possível descobrir detalhes muito significativos para o sucesso da pesquisa.

O presente estudo foi desenvolvido em quatro espaços distintos, sendo três representantes da rede pública de ensino, Estadual e Municipal, e a Associação dos Deficientes Visual do Amazonas – ADVAM.

Eis então nosso maior desafio: sensibilizarmo-nos para que possamos sensibilizar os demais, na perspectiva de despertar novas consciências de que a Inclusão é um projeto possível, intrínseco e viável que ocorre quando aprendemos a olhar o outro e a nós mesmos

não como um obstáculo limitado, mas como possibilidade infinita na construção de uma nova concepção educativa e, por que não dizermos, de sociedade.

A Inclusão surge quando aprendemos, como nos relembra a Sociologia, que nós, seres sociais, não nascemos para viver sozinhos e precisamos conviver com a diversidade que aqui assume o caráter de ser (universo contido no outro), pois somente desse modo acreditamos que essa rica experiência possa nos ensinar a sermos pessoas muito melhores.

Assim, não adianta falarmos tanto em Inclusão se continuamos vilipendiando nossos iguais com injustiça e descrédito, disfarçados de preconceito. Nesse sentido, é inconcebível discutirmos Inclusão sem a presença marcante daqueles que diariamente são alijados de todo e qualquer processo inclusivo.

Acreditamos, enfim, ser necessária uma re-estruturação séria e consistente no modelo de formação de professores que temos atualmente, uma vez que mais e mais professores com deficiência visual descobrem-se inclinados na escolha dessa profissão e que, por outro lado, mais e mais alunos cegos ou com baixa visão precisam de um professor preparado para atendê-los em suas especificidades, oportunizando a construção de novos cidadãos.

Sabemos que educar não é e nunca fora uma fácil tarefa, mas não podemos nos eximir da responsabilidade de lutar pela melhoria da escola que temos, até transformá-la na escola que tanto queremos.

CAPÍTULO I

1 – EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE COMO A SOCIEDADE ENXERGA A DEFICIÊNCIA FÍSICA

Neste Capítulo I, evidenciamos a fundamentação teórica em uma rápida abordagem sobre a história da Educação Especial buscando enfatizá-la na perspectiva inclusiva, bem como resgatamos a legislação sobre a temática em debate. Depois, delineamos algumas considerações sobre como a sociedade enxerga a pessoa com deficiência física, segundo o olhar do consenso oficial. Por fim, descrevemos um olhar diferenciado sobre as pessoas com deficiência, o professor cego ou com baixa visão mais especificamente, como nos sugere a Filosofia do Olhar.

Para compreendermos melhor a organicidade das temáticas abordadas, subdividimos este capítulo em três subtópicos.

1.1 – Educação Especial (Antecedentes Históricos)

Historicamente, as pessoas com algum tipo de necessidade especial, tidas como incapazes, eram segregadas e alijadas do convívio social, como ainda hoje, estereótipos físicos provocam julgamentos preconcebidos sobre as pessoas, pensamento confirmado por Fonseca (1995, p. 7):

Ao longo da história da humanidade, é frequente observarmos que muitas condições sociais têm sido consideradas como “deficientes”, refletindo, normalmente este fato tornou-se um julgamento social, julgamento que vai se requintando e sofisticando à medida que as sociedades se vão desenvolvendo [...] em função de valores culturais específicos.

Como salienta o autor, desde a antiguidade, valores culturais excludentes abandonavam as pessoas com deficiência à própria sorte. Com o passar do tempo e a evolução de algumas práticas religiosas, o indivíduo com deficiência física deixa de ser visto como uma maldição e passa a ter alma. Mais tarde, já no século XVI, a pessoa com deficiência começa a ser tratada pela medicina e não mais como castigo de Deus, endemoniada ou fruto de feitiçaria. Foi quando surgiram os primeiros estudos a respeito da possibilidade de educar essas pessoas, assim como sobre o reconhecimento de suas potencialidades.

Destacamos, no entanto, a palavra tratada, pois, analisando-a, observamos que a Educação Especial era considerada a essa altura como um tratamento clínico, patológico, significado que necessitou, ao longo dos tempos, ser reformulado, mas que ainda hoje traz resquícios dessa raiz.

Depois, com o auxílio da Psicologia, emergiram os conceitos de humanitarismo, de cuidado, de filantropia, de voluntarismo, atitudes que ainda são encontradas em nossa sociedade, que insiste em considerar as pessoas com deficiência, ora como coitadinhas, ora como incapazes de viverem com dignidade, pois o que estas pessoas mais desejam é serem consideradas como seres humanos e serem vistas como indivíduos, respeitados na sua integralidade.

Segundo nos aponta Amaral (1998, p. 13), há fatores historicamente constituídos que rotulam as pessoas com deficiência como “[...] diferentes, desviantes, anormais”, no entanto, para a autora, “[...] é necessário passar do assistencialismo de cunho paternalista ao investimento nas potencialidades e reconhecimento da cidadania” (p. 16).

Em Assembleia-Geral na ONU, no final dos anos 40 do século passado, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), reconhecendo em seu artigo 1.º que: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos [...]”; reforçado pelo artigo 2.º: “[...] sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”. Logo após, referindo-se à Educação, no seu artigo 2.º, item 1, assegura: “Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado [...]”.

Ainda no artigo 2.º, item 2, a lei estabelece que: “A Educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos [...]”.

Em seu artigo 7.º proclama que: “Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm o direito a igual proteção da lei [...]”.

O artigo 27.º, item 1, proclama que: “Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de usufruir das artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam”.

Enquanto nos referimos aos direitos fundamentais do homem, a lei é muito clara quando se reporta a todos e não somente a alguns separadamente. Mesmo com tantos esforços, verificamos que não é por falta de leis que o reconhecimento das pessoas com deficiência não avançou como deveria, mas pela ausência do cumprimento dessas leis que nos dias atuais ainda é moroso e descompassado.

Assim, é constante encontrarmos em nossos dias barreiras atitudinais que impedem o livre acesso das pessoas com deficiência aos serviços públicos comuns como lazer, esportes, entre outros, que muitas vezes deixam de ser frequentados por receio da discriminação, disfarçada de falta de preparação para trabalhar com este segmento da sociedade.

De uma maneira geral, esta Declaração assegura às pessoas, inclusive aquelas com deficiência, os mesmos direitos à liberdade, a uma vida digna, à Educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social e à livre participação na vida da comunidade, desafiando-nos a olhar o outro além da deficiência e sim pelo que é capaz de realizar.

Já no final dos anos de 1950, na Legislação, a Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1959, adotou a Declaração dos Direitos da Criança que, ratificada pelo Brasil, analisa a situação mundial da criança, estabelecendo algumas metas a serem alcançadas. Enfatiza nessa ocasião que a Educação é um direito humano e um fator fundamental para reduzir a pobreza, os índices de trabalho infantil e promover a democracia, a paz, a tolerância e o desenvolvimento. Assim, dá alta prioridade a estes direitos e garante, em seu Princípio 1, p. 1, que:

A criança gozará de todos os direitos enunciados nesta Declaração. Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento de qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.

Ao assinar esta Declaração, o Brasil compromete-se com o alcance dos objetivos propostos que visam à transformação dos sistemas de Educação em sistemas educacionais inclusivos.

O que é mais estarrecedor é constatar todos os dias como as leis não são cumpridas pela maioria das pessoas, pois continuamos nos classificando e nos medindo uns aos outros pelo que temos e não pelo que somos, característica muito comum do sistema capitalista no qual a nossa sociedade está alicerçada, estrutura excludente com práticas preconceituosas que muitas vezes legitimamos sem nos darmos conta disso.

Neste mesmo período, final dos anos de 1950, apontavam-se também as inúmeras mazelas da Educação comum como nos afirma Mendes (In: MARQUEZINE et a, 2001, p. 11): “A falta de oportunidades educacionais e a deturpação na função dos serviços educacionais existentes”, provocando um verdadeiro impasse, no qual se confrontavam, de um lado, os ditos normais e, do outro, as pessoas com deficiência lançando seu desafio à diversidade, à aproximação e à alteridade.

A partir dos anos 60 do século XX, surgiu a integração dessa clientela no ensino regular. E apesar das lacunas existentes no ensino de pessoas com deficiência, bem como na precariedade da formação docente, percebemos alguns avanços e preocupações se compararmos a LDB de 1961 com a LDB 1996¹ atual, que garante, em seu artigo 4.º, parágrafo III: “[...] atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino [...]”.

Nesse sentido, a lei vem garantir que o alunado possa sair das escolas e centros especializados que atendem a deficiência, passem a prosseguir os estudos e a conviver com alunos ditos normais, no ensino comum, desde que lhes sejam oportunizadas condições que garantam o acesso, a permanência e o sucesso no ambiente escolar, como resume Oliveira (2002, p. 143):

Hoje, considera-se que as crianças com necessidades educativas especiais são, antes de tudo, crianças que devem conviver com as outras em ambientes cotidianos com sua complexidade habitual, e não mais ser mantidas isoladas e interagindo em um mesmo pequeno grupo por muitos anos, o que as leva a modificar muito pouco suas habilidades e conhecimentos.

Concordando com a autora, consideramos que uma pessoa com deficiência, que interage em um meio social comum com pessoas também comuns, tem muito mais oportunidades de aprender a conviver e aceitar a própria diferença e singularidade.

Desse modo, ao mesmo tempo que percebemos a importância dessa inserção da pessoa com deficiência no mundo dos ditos normais, salientamos o cuidado na preparação de uma sociedade de fato inclusiva para todos, pois já não é possível utilizar a política arbitrária do incluir por incluir.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assumiu, formalmente, os mesmos princípios postos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Além disso, introduziu no país uma nova prática administrativa, representada pela descentralização do poder. Nesse contexto, a Constituição assegura, em seu artigo 206, inciso I, como um dos

¹ Lei de Diretrizes e Bases n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

princípios da Educação das crianças: “[...] a igualdade de acesso e permanência na escola”, ao enfatizar no artigo 1.º, incisos II e III, como primordial no Brasil: “[...] o direito à cidadania e à dignidade da pessoa humana”.

Com a promulgação da Constituição Brasileira (1988), os municípios foram contemplados com autonomia política para tomar as decisões e implantar os recursos e processos necessários para garantir a melhor qualidade de vida para os cidadãos que neles residem. Assim, cabe ao município mapear as necessidades de seus cidadãos, planejar e implementar os recursos e serviços que se revelam necessários para atender ao conjunto de suas prioridades, em todas as áreas da atenção pública.

Os municípios, entretanto, têm, segundo a Carta Magna brasileira, a autonomia para atender às necessidades da população e isso tange tanto às condições mínimas de sobrevivência como moradia, saúde, escolarização de qualidade, qualificação para inserção, permanência e sucesso dos cidadãos no mundo do trabalho, preocupação com a pavimentação e infraestrutura das cidades que permita a acessibilidade e o direito de ir e vir dos habitantes e outras medidas legais asseguradas pela nossa lei.

A Lei n.º 7.853, promulgada em 1989, define como: “[...] crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A pena para o infrator pode variar de 1 a 4 anos de prisão, mais multa”.

O que ainda percebemos em muitos estabelecimentos de ensino são atitudes disfarçadas que mascaram essa recusa, sob a justificativa de não estarem preparados para atenderem essa clientela.

Conforme informações do Plano Decenal de Educação para Todos (1993, p. 70), entre 5 e 9 de março de 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien – Tailândia, que ficou conhecida como Declaração de Jomtien. Nela, os países reafirmaram que: “A educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro”.

Nesse mesmo ano de 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Lei n.º 8.069,² promulgada em 13 de julho de 1990, que em seu artigo 3º, p. 9, dispõe:

[...] a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de

² Lei publicada no *Diário Oficial da União* de 16 de julho de 1990 – Câmara dos Deputados.

lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Prevê, também em seu artigo 4.º, p. 11-12, que:

[...] é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

As leis citadas garantem de um modo integral o desenvolvimento tanto de crianças e adolescentes quanto de adultos de quaisquer idades, sejam homens ou mulheres, no tocante aos direitos fundamentais indispensáveis para a construção de um ser humano feliz e realizado.

A Conferência Mundial de Educação Especial, realizada pelos delegados de 88 governos e 25 organizações internacionais reunidos em assembleia, sediada em Salamanca (Espanha) entre 7 a 10 de junho de 1994, não tem efeito de lei, mas nos traz algumas diretrizes e tem, como objeto específico de discussão, a atenção educacional aos alunos com deficiência. Nela, os países signatários, dos quais o Brasil faz parte, declaram em seu item 2, p. 1:

- Toda criança tem direito fundamental à Educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- Aqueles com necessidades educacionais especiais deveriam ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- Escolas regulares, que possuam tal orientação inclusiva, constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas prevêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

A Declaração de Salamanca (1994, p. 1-2) dirige-se também a todos os governos, incentivando-os para que estes:

- Atribuem a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais, no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais;

- Adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agirem de outra forma; [...]
- Estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais;
- Encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomadas de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais; [...]
- Garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão educação especial dentro das escolas inclusivas.

Segundo o estudo de Cavalcante (2006, p. 15), a Lei n.º 10.048, promulgada em 2000, garante: “[...] atendimento prioritário de pessoas com deficiência nos locais públicos”, e a Lei n.º 10.098, promulgada também em 2000, estabelece: “[...] as normas sobre acessibilidade física e define como barreira obstáculos nas vias e no interior dos edifícios, nos meios de transporte e tudo o que dificulte a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios de comunicação, sejam ou não de massa”.

Lendo essas duas leis, lembramos da fala de um professor com deficiência visual entrevistado para esta pesquisa: “Nós temos um problema muito sério de relacionamento com motoristas de ônibus, que não nos veem como cidadãos e sim como pessoas que não pagam a passagem e isso não é verdade” (Professor H, 2008).

O que constatamos é que ainda há um distanciamento entre as leis existentes e a realidade vivenciada diariamente por milhares de pessoas com deficiência, que não estão pedindo favores, mas lutando por sua sobrevivência e pelo direito de serem considerados como cidadãos.

A Educação Especial como modalidade de ensino foi legitimada com base nos incontáveis clamores de profissionais, familiares e amigos das pessoas com deficiência específicas e adequadas a cada caso, respaldada pela Resolução CNE/CEB n.º 2, de 11 de setembro de 2001, da Câmara dos Deputados, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001).³ Esta diretriz define em seu artigo 3.º, p. 69:

[...] Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definindo uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica [...].

³ Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB Nº 2 (2001).

Surgiram, então, organizações para assistência e educação dos diferentes sujeitos com deficiência visando integrá-los ao sistema educacional. Dessa maneira, acreditava-se que a problemática da exclusão das com deficiência nas escolas estava temporariamente sanada.

De acordo com a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, conhecida como Convenção da Guatemala – Decreto n.º 3.956, de 8 de outubro de 2001, onde os Estados membros reafirmam no corpo do texto (p. 2) que:

[...] as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano.

Os Estados Partes nesta Convenção (2001, p. 1-2), subscrevendo-se “[...] preocupados com a discriminação de que são objeto as pessoas em razão de suas deficiências [...], comprometidos a eliminar a discriminação, em todas as formas e manifestações, contra as pessoas portadoras de deficiência [...]”, convieram no artigo 1.º, item 1, p. 3, que o termo deficiência: “[...] significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”.

Para os efeitos dessa Convenção (2001), ainda no artigo 1.º, item 2a, p. 3, o termo discriminação contra as pessoas com deficiência:

Significa toda a diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência [...] que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

Também define em seu artigo 1.º, item 2b, p. 3, que não constitui discriminação:

[...] a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado Parte para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência [...].

Baseando-se nos princípios contidos nas leis analisadas que fundamentam a Inclusão nos âmbitos nacional e internacional, observamos que, em sua totalidade, objetivam-se em assegurar o direito à Educação como uma medida elementar assumida pelos países membros, pois, em função dos debates acompanhados nesse sentido, os governos compreendem que

somente por meio da Educação é que os alarmantes índices de analfabetismo, desemprego, discriminações e miséria podem, efetivamente, ser amenizados, fato endossado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2008) quando afirma que: “[...] a Educação não é sinônimo de ascensão social e sim um direito conquistado por lei que temos como meta cumprir”.

Outro ponto largamente salientado na reflexão sobre as leis foi a promoção dos seres humanos enquanto cidadãos, sejam crianças, adultos, pessoas com deficiência, empobrecidos, entre outros excluídos, que tendo seus direitos respeitados e necessidades fundamentais atendidas, tornam-se aptos a lutarem por melhores condições de vida.

Nas palavras de Coimbra (2003, p. 56), entretanto, ao pensarmos no homem e na mulher desprovidos da visão enquanto “[...] a pessoa que busca, como qualquer cidadão, o sentido da sua vida para que possa realizar-se plenamente [...] com autonomia e independência [...]”, veremos que a autora e a Legislação estudada concordam que o fato de estes indivíduos não possuírem um dos sentidos primordiais para o seu desenvolvimento integral não os impede de viverem plenamente a sua cidadania, desde que lhes sejam proporcionadas as condições para tal, bem como arregimenta a Legislação.

Ainda presenciemos, com certo constrangimento, tais direitos sendo vilipendiados nos transportes coletivos, nos espaços públicos, nas escolas e universidades, nos serviços hospitalares e nas atitudes hipócritas e demagógicas de pessoas que chegam a ultrapassar o cinismo de defenderem a construção de uma sociedade inclusiva, somente para atender aos seus interesses, manipulando arbitrariamente as pessoas com deficiência com a pífia finalidade de adquirir privilégios.

Urge o momento de não apenas criticar o que não deu certo, mas falarmos também por nós, professores com deficiência visual de Manaus, pois as leis não surgem para serem engavetadas nem esquecidas. A nosso ver, elas nascem para serem cumpridas com seriedade e nós, enquanto cidadãos que pretendemos nos tornar educadores, temos uma grande responsabilidade nisso. Nesse processo, faz-se necessário fazer cumprir a legislação vigente para que mais e mais pessoas possam desfrutar do direito inalienável de viver, estudar, trabalhar e constituir suas famílias com dignidade.

Pensamos, enfim, que as leis que já existem e as que devem ser criadas em um país têm o papel prioritário de assegurar que tanto os direitos quanto os deveres devem ser cumpridos por todos os cidadãos em total igualdade de condições.

1.2 – Um Novo Conceito: A Inclusão Social e Educacional

Muito se tem falado e ouvido falar sobre Inclusão atualmente. Inúmeros conceitos e diversas correntes teórico-filosóficas se referem à questão com calorosos debates e discussões. Ironicamente, Inclusão tornou-se a palavra do momento, o *hit* da moda, de adesão imediata, como se referem Glat (1998) e Omote (2001).

Impossível, no entanto, falarmos da Inclusão como algo desvinculado do contexto social vivenciado em nosso país, no Estado do Amazonas e em Manaus, mais especificamente. Nesse contexto, o tema assume proporções mais amplas onde se apresentam pessoas excluídas de todo e quaisquer processos de cidadania.

Quando falamos em Inclusão, pensemos também que há milhões de pessoas sem condições mínimas de sobrevivência e, estas, certamente, irão dizer o que concebem por fazer parte, estar junto, se irmanar, pois onde está a solidariedade quando elas mais precisam?

É imprescindível sabermos até que ponto somos solidários num contexto de conflito, uma vez que temos dificuldades para aceitar a diferença e a diversidade que reside no outro e, por consequência, rejeitamos tudo o que diverge das nossas verdades absolutizadas, como nos relembram ciências como a Sociologia e a Filosofia.

Com isso, somente afastamos as possibilidades de crescimento baseadas nas novas concepções aprendidas e experimentadas, conforme nos assegura Hoffman (2006, p. 11):

Somos diferentes. Essa é nossa condição humana. Pensamos de jeitos diferentes, sentimos com intensidades diferentes. E tudo isso porque vivemos e apreendemos o mundo de formas diferentes. A questão não é se queremos ou não ser diferentes. Mas que, como seres humanos, nossa dignidade depende substancialmente da diversidade, da alteridade (por isso, a possibilidade da clonagem nos choca tanto), porque precisamos garantir o caráter subjetivo de nossa individualidade.

Esse fato não significa que devemos, necessariamente, tornarmo-nos individualistas, o que segundo Shor e Freire(2003, p. 137) é: “[...] um mito espalhafatoso do Capitalismo que precisa de uma política de ‘dividir para conquistar’ contra a solidariedade das pessoas comuns que ele procura organizar numa cultura comercial e conformista [...]”. Concordando com este pensamento; ao sermos solidários, fortalecemos a nossa identidade cidadã e assumimos uma postura na contramão do processo massificador do Capitalismo Selvagem.

Nessa ótica, a discussão não é se somos iguais ou diferentes, mas valorizarmos o que nos caracteriza, lutando pelo que desejamos, pois, como nos lembra Werneck (1996),

somente a partir do momento em que tomamos consciência de quanto somos diferentes é que conseguimos trabalhar em prol dos direitos iguais para as pessoas e para nós mesmos.

Assim, ao aceitarmos a nossa diversidade, tornamo-nos dignos e felizes com o que somos, sem desprezarmos os valores que há no outro, sua cultura e sua diferente maneira de ser e de agir. Contraditoriamente, essa diferença é o que nos fascina, intriga e completa, pensamento reafirmado por Omote (2001, p. 48), quando afirma:

Não se pode correr o risco de, descuidadamente, considerar que todos somos igualmente capacitados. Somos diversamente capacitados, o que nos torna diferentes uns em relação a outros, sendo alguns tão acentuadamente diferentes que requerem condições especiais de tratamento para assegurar-lhes a igualdade de direitos.

Por isso, vivemos em um tempo que se luta mais para exaltar os defeitos do outro do que para elogiar suas qualidades e presenciar quanto um ser humano pode desenvolver-se, apesar dos seus diferentes mecanismos e estratégias para atingir os objetivos propostos.

É exatamente, contudo, pelo direito de ter os direitos respeitados que milhares de iniciativas em favor da Inclusão social estão brotando e, em verdade, sempre existiram revestidas com outras nomenclaturas, discutindo e criando políticas públicas, formando novas lideranças que possam ressoar em prol da população mais desassistida que não tem vez nem voz na conjuntura globalizante vigente, uma vez que se globalizaram também as mazelas sociais, morais e éticas em nosso país.

Pensamos que é impossível falar de Inclusão sem considerarmos as situações apresentadas até aqui e, principalmente, sem compreendermos que a Inclusão está intrinsecamente ligada a sérias mudanças de comportamento e de atitudes diante das minorias que estão sempre à margem da sociedade.

As incansáveis lutas por emancipação social, igualdade de condições e de oportunidades ao acesso, permanência e sucesso na escola tornaram o movimento de integração obsoleto e inviável e os sonhos por uma nova concepção educativa fizeram emergir outro conceito: a Inclusão educacional, como enfatizam Santos e Mendes (2001, p. 130):

No Brasil, de acordo com Glat (1995), desencadeou-se no início da década de 70 o sentimento generalizado quanto à necessidade e urgência de transformar as marcas dessas práticas assistencialistas, pelas da inserção do deficiente não somente no interior da escola, mas em todos os setores da atividade humana.

As ideias de Inclusão Social e Educacional no espaço escolar ampliaram seu sentido e se ramificaram para outros setores da sociedade brasileira, fato muito positivo para um começo de sensibilização.

Inclusão e Integração não são, portanto, sinônimas, pois a primeira se contrapõe à segunda, uma vez que a Integração Escolar é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno e da sua capacidade de adaptação ao sistema escolar, enquanto que a Inclusão tem como objetivo, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se às particularidades de todos os alunos. Essa medida, portanto, não quer dizer que a intenção da inclusão é pôr as crianças de qualquer jeito na escola. Assim, não seria inclusão, mas, a exclusão disfarçada de inserção.

Aprofundando esse contexto, a formação de todos os agentes envolvidos com a Educação é de fundamental importância, bem como a assistência e orientação às famílias, pois a família, considerada o primeiro grupo social da criança, seria, a nosso ver, quem deveria agregar elementos que indicassem ao professor as maneiras mais adequadas de lidar com as especificidades de cada aluno. Sabemos, no entanto, que muitas famílias, além de não possuir a característica de conhecer as reais necessidades dos filhos, ainda imprimem neles todas as frustrações, angústias e incertezas que nada irão contribuir para o desenvolvimento da criança.

Desse modo, todas as pessoas que convivem com essa criança precisam sentir-se comprometidas e responsáveis pela sua vida educacional, pessoal, social e profissional como nos esclarece Edler Carvalho (2006, p. 114): “Todos os que convivem com os aprendizes devem ser considerados atores, embora alguns não estejam presentes no cenário de aprendizagem que ocorre em sala de aula”.

Como nos remonta a autora, a sustentação aos que estão diretamente implicados com as mudanças é condição necessária para que estas não sejam impostas, empurradas de cima para baixo, mas combinadas como resultado do afeto, do diálogo e da consciência social, frutos de um trabalho vital desenhando novos rumos para a inserção de alunos que jamais tiveram a oportunidade de estudar e esperaram muito até que as escolas estivessem preparadas para recebê-los.

Nesse sentido, Edler Carvalho (2006, p. 109) afirma que a: “[...] função da escola inclusiva, enquanto espaço físico, enquanto cenário, seria o de introduzir, nela, alunos que antes estavam excluídos de seu interior [...]”, por esse motivo é tão imprescindível o nosso empenho e a nossa dedicação na Inclusão real destes aprendizes.

O desafio é fazermos uma análise contínua de todas as crenças e mitos existentes acerca da deficiência, desmistificando-os, para demonstrar aos nossos alunos quanto é

saudável convivemos com pessoas diferentes de nós, que, com suas experiências, sempre nos ensinam quanto podemos superar os próprios receios, limites e expectativas.

Nosso sonho, enfim, é ver a Educação Especial dentro da Educação regular, tornando-a inclusiva, na qual alunos e professores com deficiência possam frequentar ambientes comuns compartilhados com alunos e professores comuns, sem se sentirem discriminados ou inferiorizados, mas amados e valorizados pelo que são, pelo que podem oferecer e, principalmente, pelo que podem aprender.

Afinal, como nos lembra o pensamento de Ferraz (2006), são grandes os seres humanos que, embora conscientes de todos os seus limites, tornam infinitas as suas possibilidades de desenvolvimento.

1.3 – A Filosofia do Olhar os Desafios de ser uma Pessoa com Deficiência Visual

Nem sempre pessoas com defeitos em seu corpo são infelizes, como se convencionou pensar o senso comum. Apesar da deficiência física, elas podem aprender a lidar com essa realidade. Conhecemos inúmeras pessoas que se aceitam verdadeiramente, amam-se, valorizam-se e convivem bem com outras pessoas apesar de suas limitações. Nem sempre, no entanto, são atendidas com o respeito que merecem.

Refletindo mais nessa direção, observamos que pessoas cegas ou com baixa visão adquirem uma forma muito peculiar de apreender as informações que não podem mais ser captadas pelos canais visuais, como enfatizam os olhos atentos da Filosofia, conforme o dizer de Rodrigues (2002, p. 39), quando este afirma:

Pelo olhar o homem rompe sua diferenciação com o mundo, pois nele penetra ao mesmo tempo em que dissolve o seu auto-isolamento, fazendo com que a exterioridade das coisas invada a sua interioridade forçando-o a emergir desse mergulho pelo exercício da reflexão. Por isto o olho pode ser considerado como a janela do espírito.

O olhar a que o autor se reporta é o olhar sensível, que permite ao homem analisar o mundo sob outra ótica, sem se deixar enganar pela imediatez da primeira percepção dos fatos, procura ver para além do visto; ainda conforme Rodrigues (2002, p. 40): “A visão, por essa via, oferece de modo completo e sem excessividades a totalidade do que pode ser apreendido e compreendido”. E, a este respeito, acrescenta Nietzsche (1994, p. 36-7):

Todo o homem que for dotado de espírito filosófico há de ter o pressentimento de que, por detrás da realidade em que existimos e vivemos, se esconde outra muito diferente [...] onde o homem examina minuciosa e cuidadosamente os sonhos, porque sabe descobrir [...] a verdadeira interpretação da vida; com a ajuda de tais exemplos é que ele vai se exercitando a tomar contato com a vida.

Ao concebermos essas reflexões, compreendemos um pouco como pessoas privadas da visão física, em sua grande maioria, desenvolvem a capacidade de experimentação do mundo por meio dos sentidos remanescentes, utilizando a intuição, tato, audição, paladar, olfato e sensações sinestésicas para entrar em contato com as outras pessoas e com o mundo que as cerca.

Acreditamos, assim, que para nos desenvolvermos como pessoas são necessários conhecimentos e, para alcançá-los, urge uma formação não somente acadêmica, mas, primordialmente, humanística, que nos propicie um ferramentário cabível e sensibilidade aguçada para apreendermos as inesperadas realidades com as quais nos confrontaremos no decorrer da vida.

A Filosofia do Olhar nos convida a enxergarmos para além dos muros do próprio Eu e contemplarmos o mundo que nos é apresentado pelo olhar gracioso, sagaz e minucioso da arte e da beleza estética, beleza que está contida e, muitas vezes, escondida por detrás dos inúmeros papéis que representamos, porque somos muito mais do que aparentamos, somos uma multiplicidade de possíveis que se constroem e se reconstroem historicamente e, no entanto, jamais somos os mesmos ou permanecemos iguais, parafraseando o filósofo Heráclito.

A pessoa com deficiência visual, segundo a Filosofia do Olhar, é alguém que aprendeu a ver o mundo de uma maneira muito singular e nele vai imprimindo o seu modo de viver. Essa experiência se desenvolve e se aguça quando esse indivíduo tem a oportunidade de desfrutar uma formação familiar, escolar e profissional.

Desenvolvem-se, no entanto, também no seio das instituições que convivem com a pessoa com deficiência, barreiras atitudinais e ações preconceituosas que desafiam essa pessoa a superar, a cada instante, os próprios limites, como preconiza o professor B (2008), entrevistado para esta pesquisa: “Eu sei quem sou e sei até onde posso chegar se me derem as condições, não quero ser melhor do que ninguém, mas aprendi que, para o cego, o céu é o limite, porque não há dificuldade que nós não consigamos vencer”.

Com esta observação, o professor B confirma o que Amaral (1998, p. 26) aponta, pois, a seu ver, a pessoa com deficiência não é: “[...] nem menos que, nem pior que [...]” ninguém e tal fato assume ainda, segundo o mesmo autor (1998, p. 28), um caráter muito

significativo quando dito pela: “[...] voz de uma pessoa com deficiência falando por si mesma”, pois pessoas com deficiência não são inferiores só porque possuem certas limitações. O que nos compraz é que algumas pessoas com deficiência já perceberam que podem fazer parte das mudanças como protagonistas e não como meros expectadores.

Quando reflexões como essas começam a povoar as nossas mentes, entendemos, como Freire (2003, p. 140), que: “[...] nenhuma realidade é estável”, imutável ou impossível de ser transformada, basta ter paixão pela mudança, conhecimento crítico, interesse social, motivação intrínseca e muita esperança no futuro, que se constitui de sonhos e de lutas, fincadas no chão da história, na qual devemos ser os protagonistas, pois, a nosso ver, a pessoa com deficiência não nasceu para ficar observando a vida acontecer, pensamos que nasceu para dela participar.

Já estamos, portanto, acostumados a sermos considerados românticos, utópicos, sonhadores, poetas ou loucos somente por não perdermos a esperança de que um novo modelo de sociedade possa ser gestado, na práxis cotidiana e na confusão efervescente da nossa sala de aula, escola e sistema educacional, mas queremos esclarecer que não apenas acreditamos ardorosamente nessa nova sociedade, como a cada dia a construímos e a reconstruímos dialeticamente, como professores com deficiência, conscientes de que muito é preciso fazer pelos nossos alunos.

Acreditamos, enfim, que ser professor na contemporaneidade é mais do que um grande desafio: requer de todos nós, professores com deficiência ou não, uma formação consolidada no respeito ao outro, no cuidado com a vida e pautada na ética, mas, principalmente, uma formação profissional que construa um cidadão de fato humano rumo à Educação do futuro.

CAPÍTULO II

2 – FORMANDO PROFESSORES COM DEFICIÊNCIA VISUAL RUMO À EDUCAÇÃO DO FUTURO

Neste Capítulo abordamos o processo de formação profissional pelo qual os professores com deficiência visual passaram nas instituições formadoras, assim como procuramos refletir sobre o importante papel da família e da escola na superação das dificuldades que estes professores enfrentaram ao longo da sua formação, tanto humana quanto profissional.

Para o nosso maior entendimento, subdividimos este capítulo em seis subtópicos.

2.1 – O Professor Cego ou com Baixa Visão e o seu Papel Educativo

Como observamos no capítulo anterior, todo ser humano nasce com características que lhes são próprias e intransferíveis. Dentre elas, encontramos a capacidade de elaborar novos conhecimentos baseados naqueles que já possui. Nesse contexto, Guareschi (1998, p. 99) amplia-nos este conceito, pois, segundo os seus estudos:

Educação é uma palavra que vem do latim, de duas outras: 'e' ou 'ex', que significa de dentro de, para fora; e 'ducere', que significa tirar, levar. Educação significa, pois, o processo de tirar de dentro duma pessoa, ou levar para fora duma pessoa, alguma coisa que já está dentro, presente na pessoa. A educação supõe, pois, que a pessoa não é uma "tábula rasa", mas possui potencialidades próprias, que vão sendo atualizadas, colocadas em ação e desenvolvidas através do processo educativo.

Conforme o autor, todas as pessoas têm a capacidade de aprender, pois já trazem conhecimentos e experiências de vida, mesmo antes de adentrarem a sala de aula, mas é o professor que tem o papel de despertar e potencializar tais conhecimentos. Como nos assegura Freire (2003, p. 145): "Nosso conhecimento tem qualidade de dar vida" a todos, principalmente àqueles que mais precisam aprender e, na maioria das vezes, têm este acesso negado.

Com os acadêmicos cegos ou com baixa visão, que cursam Pedagogia, Normal Superior, entre outros cursos, também não é diferente, porque é necessário prepará-los para

participarem da re-estruturação da escola, na construção de um novo currículo que ressignifique a aprendizagem, tornando-a acessível e atrativa a todos os alunos.

Para isto é preciso que todos se engajem, segundo Edler Carvalho (2006, p. 115), na: “[...] elaboração de um projeto político-pedagógico no qual a equipe assuma o princípio de que todas as crianças são capazes de aprender e o de que podemos melhorar as respostas educativas que hoje são oferecidas”.

Concordando com a autora, pensamos que os educandos com deficiência reúnem condições favoráveis à aprendizagem e, ao contrário do que muitos pensam, ainda seguindo o raciocínio de Edler Carvalho (2006, p. 109), o desenvolvimento das reais capacidades destas pessoas não é “[...] resultante do que lhes ‘falta’, do que têm ‘a menos’ em relação a outros, ditos normais”. Compartilhamos desse pensamento e salientamos que a paciência, a força de vontade e a determinação de uma pessoa com deficiência são fortes aliadas para que esta supere obstáculos e atinja com sucesso os próprios objetivos, sejam pessoais, acadêmicos ou profissionais.

Acreditamos, principalmente, que esse futuro professor poderá tornar-se uma voz respeitada no espaço escolar, uma vez que ele, melhor do que ninguém, reconhece a importância de uma escola onde todos possam ter o seu lugar garantido.

Segundo Ferreira (2000, p. 251), educar seria: “Promover o desenvolvimento da capacidade intelectual, moral e física de alguém ou de si mesmo”. Nesse sentido, o professor insere-se no contexto escolar não como aquele que somente ensina, mas que deve estar na condição de aprendiz primordialmente, pois o aluno, com a sua cultura, tanto contribui para a elaboração dos conhecimentos do professor como vice-versa, isto é, nessa relação de trocas, ambos se tornam interdependentes.

Vivenciamos um contexto historicamente marcado por passos e descompassos de todas as ordens. Na atual conjuntura, como nos relembra Torres (2008), poucos são os fenômenos que tiveram tanto impacto sobre a vida do professor quanto à globalização da economia, agravando ainda mais as relações de poder que norteiam a Educação oferecida nas escolas.

Concordando com o autor e analisando a contemporaneidade, percebemos que a Educação desponta como alvo de errôneas interpretações por parte de profissionais que não aprenderam a ser educadores, pois educar, para eles, tornou-se um fardo pesado demais onde já não há muito espaço à reflexão, à pesquisa, ao compromisso responsável e ao projeto de uma nova concepção educativa.

Em outros tempos, educar era sinônimo de maestria e de honra. Hoje, quando não é bico, torna-se mero reflexo do *status quo*, de ideologias diversas, mercadoria a serviço do capital e por que não dizermos, como nos lembra Guareschi (1998), mais um aparelho ideológico do Estado, legitimador e defensor dos interesses das elites dominantes.

Assim, a Educação brasileira passa por uma crise na inversão dos valores para o qual fora criada e, no turbilhão desses acontecimentos, surgem as imagens fragilizadas do aluno e do professor, maiores vítimas dos rumos desastrosos que a Educação atual tomou.

Ao perguntarmos, no entanto, de quem é a culpa, encontraremos talvez alguns culpabilizados, porém a Educação não é uma consequência, é um processo onde as pessoas têm oportunidades únicas de serem feitas ou de se fazerem por intermédio da realidade vivida, na qual os homens se produzem, pensamento salientado pelo Existencialismo de Sartre (1984, p. 6), que aponta: “O homem nada mais é senão aquilo que a si mesmo se faz” e são produzidos como frutos das condições bio-sócio-ambientais e da Educação que recebem, primordialmente, na família e depois na escola.

O que fazer então se a instituição familiar, há muito, já não assume seu papel formativo, delegando à escola tamanha responsabilidade?

As mães, hoje, em grande maioria, são as responsáveis pelo sustento de suas famílias, sobrando-lhes um tempo exíguo para acompanhar a vida escolar de seus filhos, principalmente aqueles que precisam de uma atenção diferenciada.

Esses, por sua vez, crescem com pouca ou nenhuma orientação, sendo obrigados, muitas vezes, a aprenderem sozinhos as regras da vida e a enfrentarem todas as adversidades por ela impostas.

Sabemos que a sociedade mudou e a estrutura familiar se reconfigurou, mas a escola não possui elementos suficientes para suprir todas as necessidades dos alunos ao mesmo tempo e, embora extrapolando muitas vezes o cansaço, os pais precisam estar mais presentes no ato de educar.

Por isso, pais e professores precisam estar atentos e sensíveis a todas essas situações, uma vez que as elites dominantes se prevalecem exatamente das lacunas na Educação para manipular, alienar e massificar os indivíduos que ainda não possuem uma consciência crítica formada, para que estes atendam mansamente aos apelos do consumismo e do poderio capitalista.

O que fazer, então, se os nossos professores, e isso atinge também os com deficiência, sentem-se desmotivados e desiludidos com a sua profissão?

Muitos até tentam fazer bem o que sabem, mas são impedidos pelo sistema opressor, que insiste em fazer com que todas as pessoas continuem estagnadas, presas em suas viseiras e, como nos lembram Benetti (s/d), Libâneo (2006), Torres (2008), Werneck (1996), entre outros, *One size feets all* (um tamanho serve para todos), isto é, um sistema que insiste que todos os alunos aprendam do mesmo modo e ao mesmo tempo; mas é preciso, nesse processo, reconhecer a singularidade dos sujeitos e não rejeitá-la.

Educar pessoas assim é relativamente fácil, como nos remonta Shor e Freire(2003), uma vez que o ensino-transferência traduz bem a linguagem de uma aprendizagem passiva para que o aluno somente obedeça às ordens do professor, onde não reflete nem questiona, apenas reproduz saberes que não lhe diz respeito.

Assim, não há aprendizagem se não há uma significação concreta e real para aquilo que se ensina, pois, ainda segundo Shor e Freire (2003, p. 24):

Esses currículos falsamente neutros formam os estudantes para observar as coisas sem julgá-las, ou para ver o mundo do ponto de vista do consenso oficial, para executar ordens, sem questioná-las, como se a sociedade existente fosse fixa e perfeita [...].

Pensamento ampliado e vivenciado por Freire (2003, p. 25), que assinala: “Além de um ato de conhecimento, a Educação é também um ato político. É por isso que não há Pedagogia neutra”.

Exatamente por ser um exercício de reflexão crítica que educar não é para quem acredita no conto de fadas de uma escola perfeita, é desafio constante, diário, estarrecedor, que nos incentiva e em seguida nos decepciona. Não há quem não conheça, no entanto, um professor que em sua vida não tenha se tornado, de fato, inesquecível e não tenha lhe ensinado que vale muito a pena investir na própria formação profissional.

O que nos falta é aprendermos a fazer a diferença, visto que fazer a diferença aqui não é educar nossos alunos com indiferença e nem diferentemente, mesmo que este seja o objetivo do sistema excludente, quando utiliza a falta de tempo, a aviltção salarial, sistemas de avaliação duvidosos ou as mudanças cotidianas para nos impedir de recomeçar depois de cada erro, dando passos curtos, mas firmes, porque sabemos que educar demanda tempo, paciência e muita dedicação ao que fazemos.

Falar de uma maneira diferenciada de pensar a Educação e construir novas metodologias de ensino-aprendizagem é, contudo, para cada um de nós, professores-educadores ou não, um convite instigante e árduo desafio, porém é também um objetivo

concreto, um sonho a ser realizado e uma meta a ser alcançada, pois há muito o que fazermos, como nos argumenta Ferreira (2006a *apud* FERREIRA, 2007) quando diz:

A escola está inserida na chamada ‘sociedade global’, onde violentas e profundas transformações no mundo do trabalho e das relações sociais vêm causando impactos desestabilizadores a toda a humanidade e, conseqüentemente, exigindo novos conteúdos de formação, novas formas de organização e de gestão da educação, ressignificando o valor da formação e do trabalho dos profissionais da educação.

Compartilhando desse pensamento ainda salientado por Ferreira (2007), empreendemos que a verdadeira Educação só é possibilidade se tiver um grupo de profissionais que almejam com empenho e dedicação rumar aos objetivos, metas e sonhos propostos.

Nessa perspectiva, no dizer Gatti (*apud* FERREIRA, 2007), os professores têm uma indubitável: “[...] importância social [...] no quadro de desenvolvimento social do país e de seu enquadramento na conjuntura mundial”. Desse modo, percebemos que a importância de uma boa formação para os professores ultrapassa os muros institucionais, permeando toda a sua vida, seja pessoal, seja social.

Assim, a nosso ver, só construiremos uma sociedade de fato inclusiva e democrática, onde todo cidadão tenha a sua vez, quando aprendermos a valorizar e admirar a cultura que reside no outro. Como consequência, essa valorização nos ensinará novas formas de perceber e viver no mundo, mundo mais solidário e verdadeiramente igual para todos. Neste sentido o nosso papel enquanto professores é tão desafiador, pois somente vencendo os nossos receios construiremos um homem capaz de lutar por melhores condições de vida, com igualdade de condições para si e para os demais.

2.2 – Formando Professores-Educadores Críticos ou Passivos?

Como educarmos cidadãos críticos se não se aprendeu o conceito e o significado da cidadania?

Como ensinarmos solidariedade, respeito, honestidade aos alunos e aos futuros professores se o retrato social e a mídia ditam modelos de moda e comportamentos?

O professor atual é instigado cotidianamente a desenvolver mecanismos para solucionar tais problemáticas.

Ora, se um dos maiores obstáculos da Educação é a falta de formação adequada para os professores, é exatamente nesse aspecto que nós e os sistemas educacionais precisamos investir, pois a Educação só poderá ser ressignificada, como nos relembra Freire (2003), a partir do momento em que os professores sentirem-se capazes de enfrentar os próprios limites e, acima de tudo, superar o grande abismo que os separa dos alunos em sala de aula.

Essa questão da formação, no entanto, é muito séria, polêmica e extensamente discutida, pois na pesquisa de Pinheiro (1967, p. 160) esta já salienta que:

[...] embora os alunos estudem Psicologia e Sociologia, não adquirem “atitude” psicológica e sociológica adequadas para enfrentar, no futuro, problemas concretos [...] Ao aluno não é dada a oportunidade de refletir sobre os problemas relacionados com a escola primária e que estão a exigir soluções.

Desde aquela época, formar profissionais capacitados para o trabalho pedagógico já possuía um caráter contraditório e complexo. O que ainda hoje persiste em ser um dos maiores entraves das instituições que trabalham com essa finalidade.

Um dado estarrecedor e intrigante detectado em nossa pesquisa é que os professores com deficiência visual, depois de formados nas Faculdades de Educação, ao serem aprovados nos concursos públicos, tanto da Secretaria do Estado da Educação – SEDUC quanto da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, são sempre lotados em órgãos que atendem o segmento das pessoas com deficiência ou em escolas especiais. O que mais nos chamou a atenção é que dos 13 professores com deficiência visual concursados, não há nenhum que esteja em sala de aula, ministrando aulas em escolas do ensino regular.

Pela constatação desse dado podemos nos indagar: Será que são os próprios professores que não querem trabalhar nas escolas de ensino regular ou será que são as secretarias que preferem continuar segregando-os para não precisarem adaptar-se às especificidades para a inserção desses profissionais no mercado de trabalho?

É de fato um pouco incoerente, a nosso ver, realizar um concurso público para o cargo de professor, oferecer vagas para pessoas com deficiência e, depois de aprovadas, segregá-las em espaços que talvez estejam preparados ou não para que elas possam exercer sua docência, mesmo que estas realizem atividades voltadas à Educação, nada substitui a complexidade apaixonante de uma experiência em sala de aula, visto que receberam formação acadêmica para isto.

Educar é para quem não vê a sua profissão como degrau de ascensão social somente, mas como uma possibilidade de mudança, inovação e rompimento com tudo o que não traduz o que acreditamos. O professor-educador não pode ser fim, tem de ser visto como meio, sujeito pelo qual o processo de ensino-aprendizagem inunda o alunado com novos conhecimentos, elaborado com base na interação teórico-prática que este experimenta no espaço escolar.

É inadmissível em um país, tão repleto de riquezas naturais, com uma diversidade cultural invejável, como é o Brasil, ainda existirem milhares de pessoas morrendo todos os dias vítimas da miséria, da ambição, do preconceito, do individualismo ou da violência generalizada.

Paulo Freire (1996), inspirado em Marx (1986), costumava dizer que as grandes mudanças nascem das bases, e nós, os professores, fazemos parte integrante das bases sociais e temos como papel imprescindível participarmos dessas mudanças.

A escola ainda é a instituição que pode e deve mudar as práticas de uma educação bancária perpetuada ao longo dos tempos, incentivando os professores a educarem seus alunos com criticidade, pois, segundo nos indica Freire (2001, p. 98):

O grande problema do educador não é saber se a educação pode ou não pode, mas é discutir onde pode, como pode, com quem pode, quando pode, é reconhecer os limites que sua prática impõe. É perceber que o seu trabalho não é individual, é social e se dá na prática de que ele faz parte.

Quando o professor, no entanto, é consciente dos seus limites e até que ponto deve melhorar ou mudar as suas práticas de ensino, sente que a sua docência se enriquece cada vez mais, transformando-o em um formador de novas maneiras de educar os futuros cidadãos.

Compreendemos daí, o descaso governamental com a nossa categoria, pois, como fomentadores de opiniões que somos, se estivermos motivados, incluídos no processo educacional, sentindo-nos valorizados com uma adequada qualificação profissional, com suporte e materiais adaptados às nossas necessidades, salários compatíveis com a profissão desempenhada e excelentes condições de trabalho, nossos alunos irão ganhar mais do que simples modelos na construção das próprias personalidades, descobrir-se-ão capazes de conquistar o mundo, como afirma o pensamento de Luft (1997, p. 157):

Esse é o verdadeiro mestre: o que não castiga, mas impele, o que não doutrina, mas desperta a curiosidade e a acompanha, o que não impõe, mas seduz, o que não quer ser modelo nem exemplo, mas companheiro de jornada, seja na vida, seja nos caminhos intelectuais.

Segundo a autora, essa certamente não é uma ação muito positiva aos olhos de quem comanda o poder oligarquicamente no País do Carnaval, pois ser e preparar indivíduos críticos e conscientes do seu papel social, prontos para fomentar mudanças, onde não se contentam com meras políticas assistencialistas, paliativas ou populistas é nosso dever enquanto cidadãos e esta atitude, na maioria das vezes, ameaça os planos daqueles que pretendem se perpetuar no poder.

O que fazer, no entanto, para desconstruirmos essas enganosas concepções que historicamente foram se configurando?

Com base em um ponto da reflexão prática exercitada nas escolas públicas de Manaus atualmente, pensamos que um dos desafios seria o de tomarmos essa discussão como nossa bandeira de luta, seguida de um planejamento construído científica e filosoficamente por todos os agentes envolvidos no processo educacional e, por isso, responsáveis por tudo o que dele emergir.

Assim, descobrimos caminhos e despertamos novas lideranças, criando objetivos concretos na perspectiva de soluções mais dinâmicas, evolutivas e processuais que dão um novo sentido àquilo que nós ensinamos.

Educar é bonito sim, mas não é uma aventura, é trabalhoso e assustador. É comprometer-se com a própria vida e dos outros e, por vezes, até resguardarmo-nos para que os alunos descubram-se encantados com o que aprendem.

Nesse sentido, todas as pessoas são professoras e alunas mutuamente, pois a maior riqueza do ser humano é saber-se em constante incompletude e, por isso, incansavelmente aprendiz, como nos relembra Freire (1996).

2.3 – O Papel da Família na Educação da Pessoa com Deficiência Visual

A família é considerada por alguns estudiosos, como Guareschi (1998, p. 115): “[...] o momento essencial e primeiro na estruturação da personalidade da pessoa”, concepção que denota que a família estabelece vínculos com a criança, desde o nascimento até o final de sua vida, agregando valores, na sistematização moral, dos hábitos e condutas infantis com vistas à construção de uma sociabilidade mínima, formando algumas características individuais como a autoestima, autoconfiança e autodeterminação, tão importantes para o desenvolvimento pleno de uma pessoa. Este seria, como nos assegura Aquino (1998), o papel informal da família.

Segundo nos apontam os estudos de Bee (1996, p. 295): “A segunda influência maior sobre a auto-estima de uma criança é o sentimento global de apoio que a criança experimenta das pessoas importantes que a cercam, especialmente os pais, educadores e amigos”.

Sabemos que a família é o principal suporte psicoemocional para o desenvolvimento do indivíduo, tornando-se a força motriz na formação da personalidade de uma pessoa.

Baseados nesses pressupostos, empreendemos que uma criança cega ou com baixa visão, que é criada num ambiente cercado de carinho e aceitação, tem muito mais chances de sucesso no aprimoramento das suas reais potencialidades do que uma criança que experimenta todos os dias os preconceitos e estereótipos impostos pela sociedade, a começar pelos próprios familiares, que a escondem, a insultam, a maltratam e a segregam, possivelmente por descaso, desamor, por vergonha, medo do que os outros possam pensar ou outras causas.

Como um dos contrapontos da nossa reflexão, o professor sempre fora considerado multifuncional (ora pai, ora amigo, ora psicólogo, ora médico, etc.), isentando muitas vezes a responsabilidade da família pela Educação dos próprios filhos; por outro lado, há famílias que delegam à escola a formação das crianças, seja por falta de conhecimento ou descaso mesmo, impondo ao professor uma posição de salvador nada confortável.

Nesse sentido, é essencial que o professor esteja ciente do seu verdadeiro papel na Educação dos seus alunos para que possa auxiliar os pais nesse processo educativo, e jamais retirar dos pais uma responsabilidade que é deles, pois, segundo Zagury (2005, p. 36): “[...] a escola é uma instituição que muito irá colaborar com os pais nesse sentido, mas nunca os poderá substituir”.

Reconhecemos que a maioria das famílias contemporâneas sente dificuldades em impor regras aos próprios filhos, situação muito comum nas escolas do nosso município, possivelmente em função da desagregação familiar, fragilidades socioeconômicas, influências da mídia e outras causas visíveis em nossa sociedade. Atualmente, as crianças crescem sem saber o que são limites, mas, como nos remete Rossini (2002), um dos papéis importantes dos pais e depois da escola é mostrar às crianças o melhor caminho de como chegarem aos seus objetivos, pois o desenvolvimento dessa habilidade as acompanhará por toda a vida.

Esse conjunto de fatores e carências pode acarretar consequências graves como a delinquência juvenil, o tráfico de entorpecentes, a prostituição, o crime organizado, entre outros males da modernidade, que não irão ser sanados enquanto não resgatarmos os valores familiares formadores do caráter de um ser humano, pois não há uma Educação sem a conscientização do que é certo ou errado, regras de convivência social e respeito aos direitos dos outros.

Há, todavia, dois extremos na inter-relação pais e filhos como nos relembram o pensamento de Zagury (2005), onde os pais, desejosos de oferecer uma Educação diferente da que receberam de seus pais, permitem demais e cobram de menos, criando indivíduos sem nenhum tipo de limites, sentido de responsabilidade e respeito aos outros ou tornam-se agressivos, partindo muitas vezes para a violência física pensando que os filhos os irão respeitar mais se os temerem.

Em contrapartida, pensamos que já não é possível utilizar, em Educação, projetos paliativos como Amigos da Escola, Toda criança na Escola, etc.

É preciso, sim, que a família, a comunidade e os órgãos civis se organizem para que, numa ação conjunta com a escola, possam promover o desenvolvimento integral de seus filhos e alunos, como aponta Pimenta e Ghedin (2002, p. 27): “Com efeito, a capacidade emancipatória e transformadora dos professores e das escolas como esferas democráticas só é possível se considerar os grupos e setores da comunidade que têm algo a dizer sobre os problemas educativos”.

Com esse caráter, os autores ressaltam que a parceria entre a família e a escola possui grandes chances de dar certo, pois há uma estreita ligação entre ambas e, com seus saberes, os pais podem contribuir demasiadamente para a construção dos conhecimentos do alunado.

Nesse sentido, a escola é e deve ser a extensão da família. Para que isso ocorra, é necessário o despertar tanto da escola quanto da família para o momento dialógico, como podemos perceber no pensamento de Guareschi (1998, p. 106): “Não existe saber mais, nem saber menos, o que existem são saberes diferentes”.

Segundo ainda Guareschi (1998, p. 104), se: “[...] o saber é algo pessoal, subjetivo, individual, único, irrepetível. [...] Isso vem mostrar que o saber é uma experiência”, cuja vivência dos pais poderá somar-se aos saberes construídos na inter-relação escola-aluno-família, para traçarem juntos, pelas relações dialógicas, novos rumos para a Educação.

Mesmo assim, é necessário muito cuidado para não transformarmos a instituição familiar em mais um aparelho reprodutor dos interesses do sistema alienante e alienador.

Queiramos ou não, segundo o pensamento de Mocellin (2005), somos frutos do Iluminismo do século XVIII, movimento que pôs o homem como senhor de suas vontades e desejos, ao mesmo tempo em que essa fase inspirou a criatividade e a livre expressão cultural, também originou um homem que, com o espírito narcisista grego, consagrou-se pelo culto ao acúmulo de bens e propriedades, fato ratificado mais tarde com o surgimento do Capitalismo, que ensina às crianças desde cedo a classificar as pessoas por status, cor, gênero, raça, religião, classe, etc.

Diferenças consagradas e legitimadas que excluem e silenciam as iniciativas solidárias, superestrutura que cria práticas de vida e que, segundo Guareschi (1998, p. 110): “[...] prepara os elementos para a produção, forma cidadãos de acordo com as necessidades do sistema”, exercendo uma influência determinante na formação e vivência das famílias. Não são as crianças que excluem, é a sociedade que as ensinam tal classificação.

Algo muito interessante para a nossa reflexão é que a Constituição Federal Brasileira (1988), em seu artigo 3º, inciso IV, como um dos seus objetivos primordiais assinala: “[...] a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Nesse caso, todas as pessoas que assumem tais práticas precisam também estar preparadas para assumir perante a lei as consequências por elas causadas.

Pensando assim, entendemos que nem as pessoas com deficiência nem os ditos normais estão livres de receberem uma Educação excludente, porque há muitos preconceitos que nos são inculcados sutilmente e vão se configurando em nós como juízo de valores e, sem que percebamos, transformam-se nas nossas verdades absolutizadas.

Podemos compreender, daí, as atitudes de uma pessoa cega ou com baixa visão que não se aceita como uma pessoa com deficiência ou que deseja que todas as pessoas estejam prontas para servi-la a qualquer momento e, se isso não ocorre, começa a rotular as pessoas de preconceituosas.

Mas possivelmente é ela quem tem a dificuldade de estabelecer um vínculo com o mundo que a cerca e acaba se autoexcluindo da convivência com as outras pessoas, por entender que os outros não irão aceitá-la. Nesse caso, faz-se necessário trabalhar a identidade da pessoa com deficiência para que ela possa ir se colocando no mundo como alguém que, em uma via de mão dupla, coloca-se em contato e se relaciona com o mundo.

É na descoberta das necessidades do outro, contudo, que construímos relações igualitárias, democráticas, dialogais e isso somente ratifica todos os princípios que nos são ensinados, durante a vida pelos pais e, depois, pelos professores que nos revelam quanto podemos ser melhores e fazermos pelos outros todo o bem que gostaríamos que fizessem por nós mesmos, o que, segundo Lévinas (2005, p. 259), seria: “Esta inversão humana do em si, do para si, do cada um por si do para o outro é que viabiliza a criação do eu-ético”, do eu-cidadão que não vivo apenas para atender aos meus interesses e necessidades, mas cresço, importo-me e sinto-me realizado também com a vida, a felicidade, o sucesso, o crescimento e o bem-estar das outras pessoas.

2.4 – O Papel da Escola na Educação da Pessoa com Deficiência Visual

Quando uma criança nasce com cegueira congênita, por alguma doença hereditária, uso de drogas ou problemas provenientes de má formação do feto, não conhece o mundo que a cerca, mas aos poucos vai experimentando e compreendendo que há muito a descobrir, tocar, sentir...

Agora, quando a cegueira é adquirida, no decorrer da vida, essa criança, adolescente, jovem ou adulto, já conhecia o mundo por meio da visão, e vai perdendo, brusca ou lentamente, essa capacidade, surgem em sua mente uma série de dúvidas, conflitos interiores e receios.

A criança que nasce cega geralmente se adapta às novas situações que a ela são apresentadas. A pessoa que adquire a cegueira ou tem baixa visão precisa readaptar-se à vida, porém, em ambos os casos, elas precisam aprender a viver em um mundo de pessoas videntes (como são denominadas as pessoas que enxergam), o que, às vezes, torna-se um árduo desafio.

A escola tem um papel fundamental nessa adaptação ou reabilitação da pessoa com deficiência visual, pois é no espaço escolar que essa pessoa vai estabelecer suas primeiras relações sociais, fora do seio familiar.

Assim, na linguagem de Aquino (1998), a escola surge com o papel formal de apropriar-se dos conhecimentos já sistematizados anteriormente em outros campos conceituais (que deveriam ser os familiares) e os elabora para construir uma aprendizagem de fato significativa para essa criança, adolescente, jovem ou adulto.

Nesse caso, o professor desempenha uma referência que norteará as atitudes desse aluno, na convivência com os colegas, na realização das atividades diárias, na construção da autonomia, bem como de todo o processo educacional.

Na descoberta, entretanto, deste novo universo para a criança, Arendt (1992, p. 238-239) nos pede certa cautela para não causarmos confusões na cabeça da criança, porque

Normalmente a criança é introduzida ao mundo pela primeira vez através da escola. No entanto, a escola não é de modo algum o mundo e não deve fingir sê-lo; ela é, em vez disso, a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo com o fito de fazer que seja possível a transição, de alguma forma, da família para o mundo. Aqui, o comparecimento não é exigido pela família, e sim pelo Estado, isto é, o mundo público e, assim, em relação à criança, a escola representa em certo sentido o mundo, embora não seja o mundo de fato. [...] Em face da criança, é como se ele [o professor] fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo à criança: isso é o nosso mundo.

Então, pontuando o pensamento de Arendt (1992), observamos que será uma escolha do professor tornar-se inclusivo ou excludente, omissivo, comprometido ou superprotetor, mas é necessário ter clareza para perceber que ele dará à sala o clima e o tom da sua postura docente, pois, da mesma maneira que ele abordar os alunos, sua turma também o fará.

O professor julga-se despreparado para acolher e educar crianças com deficiência, no entanto, se esta formação não é oferecida nos cursos superiores, ele, o professor, pode se desafiar a pesquisar mais em busca de novas tecnologias para melhor interagir com as exigentes modalidades e demandas em que a Educação atual atende, e que a formação generalista não dá conta.

Tais inquietações tornam-se cada vez mais recorrentes, visto que não afligem somente aos professores que atendem alunos com deficiência inclusos no ensino regular e classes especiais, mas, principalmente, aqueles que ainda não trabalharam com essa clientela.

Como nos remete os estudos de Omote (2001), essa nova visão inclusiva requer valores construídos e assumidos pelo educador que se contrapõem aos velhos hábitos enraizados negligenciadores das reais necessidades dos alunos excluídos, crenças que se cristalizam no decorrer da história, fortalecendo o descompromisso com os educandos com deficiência, tratando-os como subprodutos de um processo no qual eles deveriam ser os sujeitos.

Complementando este pensamento, estudos realizados por Cunha (apud OMOTE, 2001, p. 45)⁴ demarcam: “[...] o profundo desencontro existente entre a intenção do Estado, expressa em documentos oficiais e a realidade educacional de alunos deficientes [...]”. Desse modo, Cunha (2001) nos fez observar que há várias leis que respaldam e asseguram a presença de alunos e professores com deficiência na escola e em outros ambientes sociais comuns. Fato que Cavalcante (2006, p. 15) nos relembra estar assinalado pela Convenção da Guatemala (2001), pois esta:

Põe fim às interpretações confusas da LDB, deixando clara a impossibilidade de tratamento desigual com base na deficiência. O acesso ao ensino fundamental é, portanto, um direito humano e privar pessoas em idade escolar dele, mantendo-as unicamente em escolas e classes especiais, fere a convenção e a Constituição.

O que ocorre efetivamente é que, na maioria das vezes, o real cumprimento das leis torna-se inviável em razão das barreiras estruturais de acesso, permanência e sucesso dos

⁴ CUNHA, B.B.B. (1989). *Classes de Educação Especial: para deficientes mentais?* Dissertação de Mestrado não publicada, USP, São Paulo.

alunos com deficiência nas escolas, sejam barreiras físicas ou atitudinais, falhas inconcebíveis e imperdoáveis desse mesmo sistema educacional.

Pouquíssimo poderá ser realizado se não houver uma reviravolta conjuntural no modelo da formação de professores que hoje é oferecida nas universidades, apesar das iniciativas que vêm sendo tomadas nessa direção.

Uma forte sugestão dos acadêmicos das instituições, sejam privadas ou públicas, é a de que estas poderiam proporcionar estágios com disciplinas específicas para cada tipo de deficiência, ao longo de todo o curso superior, que em suas peculiaridades fornecessem alguns elementos teóricos que orientassem o futuro professor na sua pesquisa pessoal para uma boa atuação prática, permitindo, enfim, um salto qualitativo em relação ao atendimento dispensado aos alunos com deficiência.

Desse bojo de contradições e desafios fascinantes, emerge a urgência de profundas reformas e alterações na estrutura curricular das escolas e das Secretarias de Educação para atender satisfatoriamente às inovadoras concepções acerca das potencialidades e de uma Educação de fato inclusiva.

Acreditamos que é chegada a hora de percebermos que as ideias de Inclusão, até nos parecem familiares, no entanto continuam pouco naturalizadas em nosso que-fazer cotidiano e só pela nossa transformabilidade humana, como preconiza Aquino (1998, p. 146), as práticas escolares ocorrerão, pois “A educação [...] é um dever igualmente inalienável das instituições família e escola”, que, reafirmando nosso pensamento anterior a respeito do mesmo assunto, juntas conseguem inserir a pessoa com deficiência no mesmo universo daquelas sem deficiência, sem que essa se sinta inferiorizada.

2.5 – Formando os Professores-Educadores para uma Escola Inclusiva

Ao falarmos da construção de uma escola inclusiva, precisamos compreender que ela faz parte de um sistema inclusivo que, por sua vez, está inserido em um projeto de uma sociedade onde todos possam ser iguais no que tange às oportunidades e possam desenvolver as suas capacidades de um modo autônomo e cidadão.

Por conseguinte, como argumenta Libâneo (2006, p. 8),

[...] se é verdade que a divisão do trabalho produz a desigualdade social, há outras desigualdades que podem ser geradas no interior da escola como [...] a discriminação social, a discriminação étnica, a exclusão de crianças que não

conseguem aprender, o insucesso na aprendizagem por causa de uma professora despreparada. [...]

Dessa maneira, Libâneo (2006) ainda ressalta nesse texto que, se houvesse um profissional realmente especializado na escola para auxiliar os professores no desenvolvimento de novas metodologias que valorizassem as diferenças dos alunos em classe, as graves disparidades poderiam ser amenizadas e o processo tão sonhado de Inclusão Social e Escolar seria alcançado com êxito.

Agora, como nutrir professores cegos ou com baixa visão com essa concepção inclusiva se eles já se sentem excluídos do processo educacional desde o princípio de suas vidas?

Se não lhes são oportunizadas sequer vagas (a não ser pelas famosas quotas), quais condições de uma formação adequada, adaptada às suas necessidades específicas?

Segundo assinala Edler Carvalho (2007, p. 99): “A conjuntura sociopolítica e econômica os coloca na condição de subalternidade, de massa de manobra, sujeitos fáceis do clientelismo, distantes da desejada emancipação”.

Concordando com Edler Carvalho (2007), profissionais com deficiência visual, por exemplo, tornam-se, na maioria das vezes, objetos de questionamentos quanto às suas reais capacidades, potencialidades e até que ponto a ausência da visão física pode influenciar no seu desempenho como professor na sala de aula, na orientação educacional, na supervisão escolar ou na gestão. Talvez seja essa a justificativa encontrada para não existirem, com raras exceções, professores com deficiência visual presentes nas escolas públicas de Manaus, ministrando aulas para alunos do ensino regular.

Ainda é comum, no entanto, ouvirmos também a alegação de que esses ambientes não se encontram preparados adequadamente para atender às necessidades do professor com deficiência.

Esses são possíveis preconceitos e estereótipos que nada condizem com o profissional que essa pessoa pode vir a ser e que, conforme salienta a Pedagogia Crítica, alvo do estudo de McLaren (apud GADOTTI, 1997, p. 15), temos de desenvolver mecanismos de superação e lutar incansavelmente para “reinventar a linguagem para dela retirar-lhe todo o conteúdo discriminador” e não legitimar o paradigma da exclusão cristalizado ao longo dos tempos.

A sociedade precisa preocupar-se com os profissionais com deficiência visual, pois, se forem propiciadas condições favoráveis de estudo, trabalho e acessibilidade, as pessoas cegas ou com baixa visão terão uma vida saudável, feliz, autônoma e independente.

Pessoas com deficiência não precisam de ações caritativas, assistencialistas ou eleitoreiras, devem ser respeitadas como cidadãos e profissionais que, apesar das dificuldades, superam, a cada instante, as barreiras do preconceito e do descrédito, até porque, como pressupõe Gentilli (2007, p. 247): “[...] a Educação é um direito apenas quando existe um conjunto de instituições públicas que garantam a concretização e materialização de tal direito”. É exatamente pela garantia desse direito majoritário que temos lutado e nos organizado enquanto professores.

Apesar de vivermos em um país muito excludente, contudo, ainda é possível acreditarmos que a Inclusão é um projeto em pleno desenvolvimento e do qual não podemos mais fugir, porque, como nos relembra Gadotti (2004, p. 40), as pessoas não terão acesso a uma Educação de qualidade enquanto todos, sejam “[...] trabalhadores ou não trabalhadores em Educação, Estado e Sociedade Civil – não se interessarem por ela” verdadeiramente. A Educação para todos supõe todos engajados lutando pela Educação, numa ação refletida, planejada e concretizada, não somente pela escola, mas por todos que dela fazem parte, direta ou indiretamente.

2.6 – Professor-Educador do Futuro: Esperança que Nasce no Hoje

O educador do futuro é e deve ser uma pessoa que acredita no projeto de uma nova sociedade, novas concepções de homem e de cidadão, constituindo-se sujeito de sua história, isto é, o educador do futuro é gestado no seio da realidade vigente repleta de adversidades e contradições, pois a formação teórica de um professor é importante, mas a interface desta com a pesquisa, sua veia investigativa e a experiência diária com os alunos são ingredientes fundamentais que o ajudam a construir novas metodologias de ensino, como salienta Fontana (2000, p. 8-9): “Podemos fazer críticas, priorizar alguns trabalhos, mas temos de saber as outras necessidades dos alunos, e não negá-las, para sermos professores de fato”, e acrescenta com muita prioridade Pimenta e Ghedin (2002, p. 26):

[...] a fertilidade dessa epistemologia da prática ocorrerá se se considerar inseparáveis teoria e prática no plano da subjetividade do sujeito (professor), pois sempre há um diálogo do conhecimento pessoal com a ação. Esse conhecimento não é formado apenas na experiência concreta do sujeito em particular, podendo ser nutrido pela “cultura objetiva” (as teorias da educação, no caso), possibilitando ao professor criar seus “esquemas” que mobiliza em suas situações concretas, configurando seu acervo de experiência “teórico-prático” em constante processo de re-elaboração.

Concordando com o que os autores salientam em seus estudos, empreendemos quanto é necessário a formação integral do professor-educador.

Hoje, no chão da escola, discute-se muito a HTP (horário destinado ao estudo do professor, tempo para elaboração de materiais, entre outras atividades pedagógicas), inserido no planejamento escolar, porém como favorecer esse espaço de reflexão ao professor que está habituado na maioria das vezes, aqui em Manaus, a utilizar este espaço como dia branco ou dia de folga. Este fato é agravante, uma vez que a jornada ampliada já existe em Brasília e em outros Estados brasileiros. Atualmente, o governo federal assinou um decreto-lei que prevê este horário para os professores. Estes passaram a atuar em um turno com os alunos e o outro turno fica destinado ao planejamento, ao estudo e outras atividades relacionadas ao trabalho docente. Se esta lei começar a vigorar em nossas escolas, os professores terão melhores condições de trabalho.

Resta-nos, enquanto protagonistas do processo educativo, exigirmos providências enérgicas dos órgãos públicos, pois, ao nos mobilizarmos, sensibilizamos toda a sociedade de que a Educação, por si só, não pode transformar o mundo.

Resta-nos engajamento e uma maior participação nas decisões políticas das esferas municipais, estaduais e federais.

Resta-nos não desanimarmos perante tantos obstáculos e vivermos na esperança contestadora da construção de novos caminhos para a Educação.

Resta-nos, enfim, lutarmos para que a profissão do professor passe a ser vista sob um novo olhar, olhar de quem, como salienta Sócrates, conhecendo-se a si mesmo descobre-se teimosamente motivado a continuar conhecendo, pesquisando, sonhando e, principalmente, concretizando seus projetos e objetivos.

Ao educador do futuro exige-se que seja responsável e apaixonado pelo que faz, para semear conhecimento onde ainda há vestígios de preconceitos, de morte e de alienação.

O magistério não pode ser visto com ingenuidade, pois, conforme nos relembra Brandão (1982), nós fomos educados a encararmos a tarefa de educador como uma tarefa maior, um verdadeiro sacerdócio, diferente e acima de outros profissionais e, como tal, desprendida de interesses materiais (bem cômodo, aliás, aos sistemas opressores) e políticos (acríticos). Uma missão transcendental de formação moral e integral do homem.

Como a Educação é considerada uma esfera social, portanto, não há como o educador isentar-se da tomada de decisões, porque, ao ministrarmos nossas aulas, já estamos imprimindo nos educandos a nossa identidade política, como afirma Freire (2003, p. 146)

quando diz que: “Ao ajudar na formação dos alunos, fazemos arte e política, quer o saibamos, quer não. Saber que, de fato, o estamos fazendo irá ajudar-nos a fazer melhor”.

Nesse sentido, não somos salvadores, como insistem em tentar nos convencer os donos do poder sob a capa de neutralidade, por isso a nossa profissionalização contínua é tão importante, pois temos uma profissão que requer uma valorização maior, uma vez que trabalhamos com seres humanos, seu desenvolvimento integral e sua maneira de conceber a vida, vida esta que se encontra acima de quaisquer interesses, vida-justiça, vida-esperança, vida-igualdade para as pessoas negras, brancas, pobres, ricas, enfim, de todas as raças, de todos os credos e de todas as culturas.

Disse-nos, em 2005, um professor da Zona Leste de Manaus, num desses encontros de formação continuada: “Falar é muito fácil quando você não está em uma sala pequena e quente, sem ventilador, sem condições, com 40 ou 50 alunos [...]”; quem disse que a vida é fácil?

Ainda mais para nós, professores com deficiência visual, em todas as nossas complexidades. Pensamos logo em desistir, mas, ao analisar melhor a situação, fazemos o que é possível dentro de um planejamento que deve ser flexibilizado de acordo com as situações novas que nos são apresentadas.

Sabemos também que educar não é fácil somente por essas questões, mas pelo trabalho que dá na elaboração do material didático, onde o professor se esforça em trazer sempre a novidade para a sala de aula, com dinâmicas e estratégias adaptadas à nossa dura realidade e que possam atender aos anseios dos alunos, de todos e não apenas de alguns.

Educar é para aqueles que têm seu papel definido no mundo e veem a Educação como meta a ser alcançada, projeto de vida. Para esses, educar não é difícil e, sim, fonte de conhecimento, de vida nova e de transformação de homens e mulheres que na Educação descobriram, como afirmado por Câmara (1995, p. 144), ser: “[...] possível ter olhos apagados e ter olhar”, um olhar diferenciado, sensível e comprometido com o outro por meio de si mesmo.

E Guareschi (1998, p. 163) atenciosamente complementa:

O futuro também é realidade, também faz parte das coisas possíveis. Não deixemos que nos convençam de que a liberdade, a igualdade, a fraternidade, a justiça são impossíveis. E a quem nos gritar nos ouvidos, ou nos sussurrar maciamente e sedutoramente que nos calemos, que nos fechemos, que façamos somente o que eles nos dizem ou indicam, nós devemos responder com a afirmação dos estudantes europeus que conseguiram, através de sua luta e coragem, mudar completamente o ensino nas universidades: “Sejamos realistas: Exijamos o impossível”. Não nos deixemos amarrar e aprisionar pelo que está aí. O que está aí é apenas parte da

verdade e da realidade. O futuro também faz parte da verdade e da realidade. E o futuro está sendo gerado no presente. Depende de nós fazê-lo nascer, torná-lo presente. Tudo é possível a quem quer. Essa é a nossa consciência, a nossa convicção. O futuro nos pertence. O impossível não existe para nós. “Sejamos realistas: Exijamos o impossível”.

Quando Guareschi (1998) descreve um futuro esperançoso, sonha a tessitura de um novo ser humano que crê na possibilidade da inclusão social de todas as pessoas excluídas no seio da nossa sociedade.

Em consonância com Guareschi, também acreditamos na tessitura de um homem dotado não somente de crítica, mas, principalmente, aberto à autocrítica, como complementa Morin (2004, p. 23), um ser humano que é: “[...] fruto do debate argumentado das idéias [...]” e não escravo delas. E, apesar desse indivíduo ter sido educado em um ambiente mecanicista e determinista, nasceu com a capacidade de escolher e estruturar que tipo de sociedade deseja construir.

Desses desdobramentos históricos decorrem anseios, certa tendência aos erros, sentimentos de resistência ao novo, que fazem o homem refletir e aprender com base em metapontos de vista para auto-observar-se e conceber-se como um cidadão, sujeito nesse infinito e constante processo de tornar-se verdadeiramente humano.

O que mais nos gratifica enquanto professores e professoras amazonenses é que, apesar do entusiasmo não diminuir a dimensão dos nossos problemas provenientes das distâncias territoriais, variabilidades climáticas (com chuvas abundantes na maior parte do ano e um calor intenso), permeados por incomensuráveis disparidades sociais, não perdemos, enquanto caboclos amazônidas, a alegria que nos caracteriza no sorriso largo e afetuoso, a teimosa esperança de construirmos dias melhores.

Acreditamos, contudo, que é somente baseado na convivência com as dificuldades que tomamos consciência da nossa humanidade e, com ela, a premente necessidade de interação com o mundo.

E se Morin (2004, p. 25) afirma que: “Os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo paradigmas inscritos culturalmente neles” e nós somos sujeitos de nossos destinos, podemos concluir que, mais do que nunca, é chegado o momento de criarmos novos e reveladores paradigmas, que nos convidem a desvelar quem de fato somos, construindo por meio da Educação um novo olhar sobre a real importância das pessoas para o nosso processo de ensino-aprendizagem e, principalmente, para as nossas vidas.

Afinal, fazemos parte da maioria excluída deste país e exatamente por esse motivo somos quem, como maioria, tem o maior poder de articular movimentos transformadores e

inovadores de cidadania, tendo, assim, o papel fundamental de mostrarmos de onde viemos, quem somos, mas, principalmente, como professores com deficiência visual, o que desejamos e aonde podemos chegar se nos forem oportunizadas as condições, como veremos a seguir.

CAPÍTULO III

3 – FORMAÇÃO E PRÁXIS DOS PROFESSORES COM DEFICIÊNCIA VISUAL DE MANAUS

No corpo deste capítulo descrevemos o Método desenvolvido neste estudo evidenciando os participantes da pesquisa, assim como o local, a situação, os instrumentos utilizados na obtenção dos dados e seu processo de análise. Apontamos também como os professores com deficiência visual de Manaus conseguem se ver e serem vistos além da sua deficiência, no enfrentamento das dificuldades e superação das próprias limitações, baseado nos depoimentos contidos nas categorias de análise.

Para emprendermos melhor como se deu esta etapa da pesquisa, subdividimos este capítulo em dois subtópicos.

3.1 – Método

A fase da pesquisa de campo foi uma das experiências mais relevantes do estudo aqui apresentado, pois, dialogando com os professores com deficiência visual da capital amazonense, tivemos a oportunidade de conhecer melhor o cotidiano norteador das suas práticas pedagógicas.

Para atingirmos os objetivos propostos, escolhemos uma pesquisa de abordagem qualitativa numa visão naturalística por entendermos, com Lüdke (2003, p. 12) que, nestas abordagens: “[...] a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto” e fenomenológica, ainda segundo o pensamento de Lüdke (2003, p. 15), que: “[...] determina ser quase impossível entender o comportamento humano sem tentar entender o quadro referencial dentro do qual os indivíduos interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações”.

Nessa perspectiva, procuramos privilegiar mais o processo pelo qual perpassou o foco principal da pesquisa (identidade dos professores com deficiência visual da capital do Amazonas) culminando com seu produto final (resultados obtidos), ao mesmo tempo em que procuramos entender traços singulares do comportamento humano dos referidos professores e como estes interpretam os próprios sentimentos e ações.

Quanto aos instrumentos para a coleta de dados, utilizamos a observação direta por empreendemos, conforme aponta Lüdke (2003, p. 26), que:

[...] permite também que o observador chegue mais perto da ‘perspectiva dos sujeitos’, um importante alvo nas abordagens qualitativas na medida em que o observador acompanha *in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações.

Assim, lançamos mão da entrevista semiestruturada, apoiados na literatura de Lüdke (2003, p. 34), que: “[...] se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”.

Trabalhamos com o auxílio de um roteiro contendo sete tópicos, aos quais os professores relataram livremente, revelando o que consideravam oportuno para o momento.

O campo de observação direta e coleta de dados, a fim de identificarmos quem são os professores em questão, foram as instituições que trabalhavam com a deficiência visual especificamente na zona urbana da cidade de Manaus.

As entrevistas foram todas individuais, em sua maioria realizada na escola onde os professores trabalhavam, em horário previamente combinado. Assegurados pelo estudo de Muller e Glat (1999), ressaltamos que os sujeitos foram informados do objetivo da pesquisa, que os dados seriam de caráter confidencial e de que seus nomes ou de suas escolas não constariam no texto final.

Compreendemos que o *locus* da coleta de dados foi uma parte privilegiada do estudo, dada a riqueza do material obtido. Por esse motivo, para estabelecermos uma relação de respeito mútuo com os professores, explicamos os recursos que seriam aplicados, pedindo-lhes sua permissão para a utilização deles. Desse modo, foram utilizados os recursos da gravação direta para registrarmos as entrevistas, todas com o consentimento dos professores, uma vez que a pesquisadora tem baixa visão e não conseguiria ter a agilidade para esses registros que o momento exigia.

Conforme Muller e Glat (1999), todas as entrevistas foram gravadas e depois transcritas textualmente. Posteriormente, cada entrevista foi analisada para separação e análise dos temas predominantes ou núcleos temáticos. Mesmo assim, os professores não se sentiram nem um momento constrangidos e puderam relatar as suas experiências profissionais e pessoais. Levamos também caneta e papel para registrarmos informações avulsas que complementaram a pesquisa.

3.2 – Perfil dos Professores

A localização dos professores com deficiência visual foi realizada, primordialmente, na Associação dos Deficientes visuais do Amazonas – ADVAM, que possui aproximadamente 407 associados cegos ou com baixa visão. Depois, recorremos aos setores de Estatística e Recursos Humanos das Secretarias de Estado de Educação do Amazonas e Secretaria Municipal de Educação, SEDUC e SEMED, respectivamente, as quais nos informaram não saberem precisar quantos professores com deficiência visual possuíam em seus quadros de funcionários.

Conversando com alguns professores com deficiência visual e professores sem deficiência, que trabalham nas escolas que atendem pessoas com deficiência visual, fomos detectando aos poucos quem eram os professores cegos ou com baixa visão da capital amazonense e onde estavam atuando profissionalmente. Dessa forma, localizamos 13 pessoas; destas, 11 participaram deste estudo. O perfil desses profissionais consta do Quadro a seguir.

Perfil dos sujeitos deste estudo

SUJEITOS	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
Cegos congênitos										x	
Cegueira adquirida até os 10 anos	x			x			x				
Cegueira adquirida após os 11 anos		x	x					x	x		x
Baixa visão adquirida					x	x					
Idade	30	43	40	39	38	31	40	44	39	32	41
Sexo	m	m	f	m	m	m	m	m	m	f	f
Estado civil	s	c	c	c	c	c	c	d	c	s	c
Religião	c	p	p	c	c	c	c	np	np	np	c
Orientação e mobilidade externa	b	o	o	o	r	r	o	o	b	r	r
Formação	sc	si	si	sc							

Fonte: Protocolo das entrevistas.

Legenda

Sexo: masculino (m), feminino (f)
Estado civil: solteiro (s), casado (c), desquitado (d)
Religião: católico (c), protestante ou afins (p); não possui (np)
Orientação e mobilidade externa: boa (b), ótima (o), regular (r)
Formação: superior incompleto (si), superior completo (sc)

Em geral, após passarem nos concursos públicos, os profissionais foram lotados nas Instituições Públicas que atendem especificamente pessoas com deficiência visual.

Dos 13 professores concursados, apenas dois não participaram deste estudo em função da incompatibilidade de local e de horário. Dos 11 participantes, 9 são cegos, dos quais 1 nasceu com cegueira congênita, 3 adquiriram a cegueira até os 10 anos, 5 adquiriram a cegueira após os 11 anos e 4 têm baixa visão, dos quais 2 adquiriram a baixa visão em decorrência de doenças congênitas que foram se desenvolvendo no decorrer da vida. Hoje, estes profissionais possuem um percentual visual compreendido entre 5 e 10% aproximadamente. Tal dado afirma que clinicamente, eles são considerados cegos, apesar de ainda escreverem e lerem a tinta, o que os caracteriza pedagogicamente como pessoas com baixa visão.

Dos 13 concursados, 8 são professores tanto na Secretaria de Estado de Educação – SEDUC quanto na Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Os demais atuam ou em uma ou em outra.

No transcorrer de nossa pesquisa, descobrimos também 1 professor cego que atua em sala de aula do ensino regular no Colégio Militar de Manaus – CMM, porém ele não fez parte desta pesquisa.

Os 11 professores com deficiência visual da capital amazonense lotados na rede pública de ensino possuem idade média entre 30 e 44 anos, na maioria do sexo masculino; todos residentes na zona urbana da cidade. A maioria deles é casada e possui uma crença religiosa. 80% dos professores cegos afirmam se locomoverem sozinhos, com independência pelas ruas, porém explicam que a cidade em que moram não está acessível, nem sinalizada adequadamente para caminharem com segurança.

Já os professores com baixa visão sentem algumas dificuldades na locomoção, uma vez que os ambientes e a própria cidade não possuem calçadas, batentes ou escadas com a pintura contrastante que indique onde elas começam ou terminam.

Nos ambientes fechados, a dificuldade mais relatada foi a mudança do mobiliário sem que os professores com deficiência visual tomassem conhecimento dela, ocasionando acidentes, “esbarrões” e tropeços que poderiam ser evitados se houvesse a sensibilidade das escolas em relação a esses funcionários.

Uma das maiores intenções do estudo foi eliminar a ideia de que os professores com deficiência visual são coitadinhos, vitimizados pela vida ou pelas circunstâncias, afinal não é o fato de o homem possuir algumas limitações que o impedirá de realizar as atividades da vida diária com autonomia.

Ser uma pessoa com deficiência física, mental ou sensória, no atual contexto vivenciado por milhares de pessoas, certamente, desafia-nos a uma séria reflexão sobre as

nossas atitudes, escolhas e opiniões, pois, em relação a essas pessoas, não podemos continuar assumindo uma postura superprotetora ou de subestimação.

Esses professores têm os próprios valores culturais, crenças e inclinações profissionais adaptadas à nossa realidade amazônica tão diversamente complexa, como já citado anteriormente, repleta de riquezas naturais e belezas inenarráveis, tendo como cenário inaceitáveis disparidades sociais, as quais uns lutam para amenizá-las, enquanto outros pretendem perpetuá-las.

Norteando tais reflexões, encontramos os projetos de vida pessoal e profissional desses professores, suas metas e obstáculos, suas potencialidades e limites, mas, principalmente, sua determinação concreta em serem considerados cidadãos capazes de construir uma vida plena e independente.

Observamos essas nuances ao analisarmos algumas falas dos professores com deficiência visual de Manaus, podendo dividi-las em seis categorias distintas e intercomplementares que surgiram com a leitura e releitura das entrevistas realizadas que dizem respeito às atividades cotidianas no convívio com os alunos:

1. rotina em sala de aula;
2. o professor perante a escolha da profissão;
3. postura profissional;
4. desafios no desempenho da vida cotidiana;
5. atitudes preconceituosas por eles enfrentadas;
6. formação profissional; e
7. finalmente, alguns relatos de vida e planos para o futuro.

1) Em relação à rotina em sala de aula no convívio com os alunos

Quando os professores relatam as suas experiências nas atividades cotidianas em sala de aula, percebemos quanto é imprescindível para os professores com deficiência o contato com os educandos, com sua curiosidade habitual e sua maneira peculiar de observarem o mundo e, na maioria das vezes, eles mais nos ensinam do que aprendem conosco.

Comentou o professor A:

[...] num primeiro momento, eles ficam atônitos, pois eles têm aquela visão de que um deficiente não seria capaz de dar uma boa aula, só que eles se envolvem até pela curiosidade mesmo e vão percebendo que você consegue interagir com eles e isso é maravilhoso. Para mim é sempre uma experiência muito gratificante, até porque eu nunca concordei muito com aquele professor que concentra todas as atividades em si, precisa envolver os alunos, que na maioria das vezes são muito prestativos.

Analisando essa observação, percebemos que o fato de não enxergar seus alunos não impede que o professor A conheça cada um, bem como desenvolva com eles uma aprendizagem significativa, pois ele tenta envolvê-los no processo de construção do conhecimento.

Ainda sobre a mesma temática, a professora C disse:

Eu penso que a troca de experiências para quem nunca viu braile, nem sorobã, foi uma coisa muito legal, muito boa. Num primeiro contato, a dificuldade não era só minha em ministrar o conteúdo para eles assimilarem, pois nunca haviam tido contato com estes recursos, então era uma realidade nova, a qual, tanto eles quanto eu, tínhamos de encontrar um meio para nos comunicarmos da maneira mais fácil para que pudéssemos ter um bom entrosamento.

Nessa perspectiva, percebemos a preocupação da professora C em atingir o objetivo do processo de ensino-aprendizagem: proporcionar aos alunos a troca de experiências e a assimilação coerente e significativa dos conteúdos, pois, à medida que ela ia percebendo que a dificuldade não era somente dela, desenvolvia, a cada dia, novas maneiras de comunicar-se com os educandos.

Já o professor I informou:

Os alunos demonstravam que gostavam da aula, na sala tinha um clima muito favorável, amistoso e alegre. Eram alunos com deficiência que se identificavam comigo, todos estavam em níveis de aprendizagens diferentes, nessa época eu trabalhava com uma classe multisseriada, onde os desafios se multiplicavam. Foi bom. Eu sentia o carinho e o respeito deles por mim e pelo trabalho que eu estava desempenhando.

Algo muito interessante na fala do professor I é que, ao mesmo tempo que ele percebia que os educandos com ele se identificavam, demonstravam por ele e pelo trabalho desempenhado um respeito muito grande.

E o professor H concluiu:

Inicialmente, percebíamos surpresa porque não é comum um professor cego ministrar aulas para alunos videntes (alunos que enxergam), mas com o passar do tempo eles iam encarando com maior naturalidade, iam se sentindo à vontade para estabelecer um relacionamento conosco e demonstravam simpatia e admiração pelo nosso trabalho.

Verifica-se nos relatos que, no início das aulas, há sempre uma certa expectativa, tanto por parte dos alunos quanto dos professores, mas a convivência diária e o relacionamento professor-aluno findam por estabelecer-se naturalmente. Vale ressaltar que essa expectativa é comum em qualquer atividade profissional e com qualquer professor.

Percebemos nas respostas do professor H também uma satisfação em despertar a simpatia, o carinho e a admiração dos alunos.

Eles nos iam relatando suas experiências enfatizando quanto é bom ter esse contato com os alunos, pois acreditam que esta interação os desafia a crescer cada vez mais, tanto como pessoas quanto como profissionais da Educação.

2) Em relação à opção profissional

Quando os professores relembram um pouco como se deu a escolha da sua profissão, os relatos apontam que ser professor, para a pessoa com deficiência visual, muitas vezes, é o caminho mais fácil para que ela obtenha uma realização pessoal e profissional.

Alguns escolheram a profissão observando a necessidade de outros colegas e perceberam que, por meio da Educação, poderiam ser úteis à sociedade.

Compreendemos, no entanto, que nem todos possuem a aptidão para o magistério, porém é nessa profissão que eles estão se realizando e adquirindo novos conhecimentos, embora não percam a esperança de alcançar novas perspectivas, talvez em outras profissões.

Assim, o professor A relatou que:

[...] você nunca é professor sozinho, você faz parte de um grupo de pessoas que muda a vida de um grupo maior ainda de pessoas, então isso foi me encantando [...] você vai se encantando com o conjunto da obra, com a possibilidade de você não parar de crescer mais, pois, na minha opinião, não há outra profissão que te dê a amplitude que a Educação dá na construção do conhecimento.

Constatamos com a fala do professor A que a escolha pela profissão de professor surgiu pela necessidade de não se fechar em si mesmo, mas pela opção de continuar crescendo e ampliando os próprios conhecimentos.

O professor B complementou:

[...] percebi que os colegas tinham muitas dificuldades e eu sentia que poderia ajudá-los, foi então que decidi ser professor. Fui para o Instituto de Educação do Amazonas – IEA e cursei o Magistério, gosto muito da ideia de que posso ajudar as pessoas na elaboração de novos saberes, pois, assim, aprendo muito com elas.

Essas observações revelaram um sentimento de solidariedade com os colegas que passam pelas mesmas dificuldades e não têm as oportunidades que estes professores tiveram.

Algo a ser registrado é que eles nos disseram que quando você se ocupa em ajudar outras pessoas, você percebe que não é o único que tem problemas.

A professora J confidenciou:

Bom, eu fui estudar no Instituto de Educação do Amazonas – IEA porque tinha muitos amigos que foram para lá e eu fui também. Quando eu me formei, passei no concurso da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, não sabia direito como era ser professora, mas gostei muito da experiência e fui ficando. Só que o meu sonho é ser uma grande jornalista, enquanto isso não acontece, vou ministrando as minhas aulas e me esforçando para ser uma boa professora.

Como nos disse a professora J, o magistério não estava em seus planos, o escolheu para poder estudar com os colegas. Hoje, é funcionária efetiva, mas planeja tornar-se jornalista.

Como afirmado anteriormente, nem todos os professores possuem o desejo de exercer esta profissão, no entanto consideram importante o fato de terem se tornado professores porque percebem quanto se desenvolveram como pessoas e assim se sentem mais preparados para alcançar seus outros objetivos.

O professor G afirmou:

Eu vou ser sincero com você, o mercado de trabalho para o deficiente é muito difícil e na época eu admirava a profissão de professor, mas [...] em primeiro plano, eu gostaria de fazer Jornalismo e como o caminho mais rápido para ter uma profissão e conseguir um emprego era ministrar aulas, eu fiz o Magistério no Instituto de Educação do Amazonas – IEA e passei no concurso da Secretaria Municipal de Educação – SEMED. [...] Então, eu decidi ser professor e acabei gostando. Fui aprendendo aquelas técnicas bem específicas que se aprendia no colégio e na faculdade de como lidar com as pessoas, conhecer o aluno e todas as suas dificuldades, porque o professor, na minha opinião, tem de conhecer primeiro o aluno para desenvolver um trabalho eficaz, que venha trazer resultados positivos lá na frente. Eu sou fã das teorias de Paulo Freire – com a sua educação pautada na esperança progressista e mais humana.

Como relatado pelo professor G, às vezes a necessidade de subsistência e melhores condições de trabalho o fizeram perceber que o magistério poderia lhe propiciar a segurança de que precisava naquele momento de sua vida.

Histórias parecidas encontramos também quando conversamos com outros profissionais. O lado positivo é que, quando eles se encontram e se encantam com a possibilidade de aprender ensinando e ensinar aprendendo, como foi o caso, realizam-se como pessoas, tanto pessoal quanto profissionalmente, e o fato de buscarem outras profissões também denota quanto desejam afirmar-se como cidadãos, felizes com o trabalho que desempenham.

3) Em relação à postura profissional assumida em sala de aula

Perguntamos também aos professores como seus alunos percebem o trabalho deles diariamente, o professor I nos disse:

Eu só trabalhei com alunos no meu Estágio Supervisionado quando eu estudei no Instituto de Educação do Amazonas – IEA, convívio que eu gostei, mas sou muito autocrítico, para mim eu nunca era tão bom quanto eu gostaria, a supervisora da escola elogiou o meu trabalho, os alunos também, mas eu não fiquei muito satisfeito. Mesmo assim, eu sempre busquei construir uma postura de quem deseja ensinar e aprender com os alunos.

Percebemos na fala do professor I quanto ele exige de si mesmo na busca por um trabalho de excelência, embora tenha recebido muitos elogios, gosta de primar pela perfeição.

Mesmo assim, sempre buscou construir uma postura de trocas com os alunos num processo de ensino-aprendizagem simultâneo, onde todos ganham e ninguém perde.

Em face dos alunos, temos sempre aquela impressão de que o professor exerce certa autoridade. Já um professor com deficiência, aos olhos dos alunos, parece-lhes frágil e incapaz de dar conta do serviço.

Depois dos primeiros dias de convivência, no entanto, o professor começa a conhecer sua turma e vice-versa, e aquela sensação se dissipa em meio ao processo educativo.

A esse respeito, o professor B acrescentou à reflexão:

No início, os alunos ficam desconfiados porque ouvem falar muita coisa a nosso respeito, mas eu percebo um certo descrédito mais por parte dos alunos deficientes do que dos outros “ditos normais”, estes agem mais com curiosidade. Sabe, eu me sinto responsável em conquistá-los, para mim é um desafio instigante. Assim, eles

me surpreendem a cada dia com as respostas que dão no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse constante processo de tornar-se pessoa, os alunos quase sempre nos surpreendem com suas respostas educativas, demonstrando atitudes solidárias e afetuosas.

O professor F explicou:

Eu sempre assumo uma postura como educador, então essa relação vai se estabelecendo aos poucos; no início, quando eu ministrava aulas no ensino regular, percebia uma mistura de pena, respeito e cuidado, mas depois ia ficando bem mais fácil. Já como professor de música, o fato de eu não enxergar já não fazia a menor diferença, porque eles admiravam muito o meu trabalho e desejavam seguir os meus passos para chegar aonde cheguei em relação ao aprimoramento musical.

O professor F nos coloca duas situações distintas: quando ele ministrou aula no ensino regular, em regime de contrato temporário, a reação dos educandos era uma mistura de pena, respeito e cuidado.

Já como professor de música, a reação era de admiração pelo seu trabalho, pois os educandos se espelhavam no seu talento.

O mais interessante nessas interações entre professores com deficiência e educandos é que, depois de estabelecidos os primeiros contatos, o impacto da descoberta, as dúvidas da curiosidade, o processo de ensino-aprendizagem seguem seu rumo natural, sem maiores alardes.

O que não conseguimos entender é porque tantos estabelecimentos de ensino continuam recusando-se receber funcionários com deficiência em seus quadros.

A professora J nos contou:

Eu sempre tento assumir uma postura positiva em sala. Geralmente, meus alunos não reclamam e até elogiam as minhas atitudes como professora. Por exemplo, nos cursos ministrados pela Secretaria Municipal de Educação como braile, sorobã e um projeto muito lindo que é o “Sensibilizar para incluir”, precisamos nos deslocar às escolas e trabalhamos os relatos de experiências e exemplos de atividades da vida diária (AVDs), como nós andamos, como realizamos nossas atividades cotidianas, como nos aceitamos e como somos aceitos na sociedade, despertando neles a vontade de conhecerem mais a nossa vida e as nossas superações. Eles tiram fotos e nos incentivam muito a não desistirmos nunca de todos os nossos projetos. Essa resposta deles é fantástica.

De acordo com a professora J, uma atitude de postura positiva em sala é muito importante, principalmente quando os educandos não sabem muito a respeito do professor e

este vai explicando como vive e como faz para superar os obstáculos cotidianos. Na opinião dela, a resposta dos educandos é sempre de incentivo a não parar de lutar pelo que se deseja.

4) Em relação aos obstáculos físicos e didáticos enfrentados no desempenho profissional

Quando questionados sobre os maiores obstáculos físicos ou didáticos que os professores enfrentam no desempenho prático de suas profissões, o professor D nos revelou:

Falta material adaptado, como livros em braile e programas que facilitam muito a leitura do cego e dos alunos com baixa visão (como Jaws, Virtual Vision, Open Book, entre outros). Para me locomover na cidade, não tenho muita dificuldade, mas não nos avisam quando mudam o mobiliário das escolas de lugar, então nos machucamos. Isto é uma questão organizacional, em minha opinião, porque as pessoas precisam pensar também em quem não enxerga.

Perante a fala do professor D, percebemos pela frase destacada que apesar de falarmos tanto em Inclusão, ainda nos deparamos com instituições que não pensam na pessoa com deficiência, pois este profissional não precisa de privilégios, mas de condições diferenciadas e específicas para seu êxito profissional como qualquer funcionário.

Afinal, a Inclusão não deve ser concebida somente do ponto de vista dos alunos com deficiência, mas estendida tanto a professores como demais profissionais.

O professor E respaldou essa informação:

As escolas geralmente não têm solo nem escadas com contraste para facilitar que as pessoas com baixa visão caminhem com maior segurança, não há também à nossa disposição material adaptado, nem a devida organização do mobiliário, dificultando muito a locomoção. Daí fica fácil compreender porque o sistema vai sempre dando um “jeitinho” para não nos incluir no mundo do trabalho.

Em relação à adequação do material didático, é alarmante constatarmos que não existe uma disponibilidade maior de livros, programas, jogos e outros materiais acessíveis para uma capacitação maior dos professores com deficiência visual.

O professor E também salienta a mudança de mobiliário de lugar como fator que dificulta a locomoção das pessoas com deficiência visual.

Algo interessante que observamos com as falas é que esses professores desejam fazer parte da vida das escolas, mas sentem-se barrados pela alegação destas não estarem

preparadas para atender às suas necessidades específicas, no entanto pensamos que é a entrada deles nesses espaços que forçará a preparação da sociedade para recebê-los.

A professora K nos respondeu:

Eu tenho um pouco de dificuldade de locomoção porque não fiz Orientação e Mobilidade, então tudo o que sei aprendi sozinha e com a ajuda dos colegas e do meu marido, que também é cego [...]. Sabe, eu penso que não é porque eu fiquei cega que eu vou ficar dentro de uma casa dependendo das pessoas, então eu vivo a minha vida normalmente, é claro que nem tudo eu posso fazer, mas isso acontece com todo mundo.

A dificuldade de locomoção da professora K se agrava ainda mais pelo fato de não possuímos uma cidade preparada para a acessibilidade das pessoas com deficiência, nem das pessoas idosas, mães com carrinhos de bebês, entre outros.

Apesar dos obstáculos e inúmeros desafios, entretanto, a professora ressalta que não pode parar, só porque tem uma deficiência não quer se tornar dependente. Aos poucos ela vai aprendendo a superar os próprios limites.

E a professora J transcorreu:

A dificuldade física é me locomover de um lugar para outro, como eu trabalho em duas escolas diferentes, é muito ruim porque eu tenho que pegar dois ônibus para chegar até o Mayara Hedman. Na SEMED, nós somos bem-aceitos, temos um computador adaptado na nossa sala, tudo o que solicitamos a professora Elizabeth, nossa coordenadora, consegue, em termos de materiais adaptados para o desempenho da nossa profissão. É uma atitude louvável, porque não é em todo lugar que você encontra pessoas dispostas a te ajudarem.

Pessoas privadas da visão ultrapassam obstáculos como se fossem desafios comuns, cotidianos. A professora nos relatou que tem dificuldades de locomoção, mas, mesmo assim, não desiste, pois o seu trabalho lhe tem proporcionado muitas alegrias. Ela também nos disse quanto é importante quando as pessoas acreditam na capacidade dos profissionais com deficiência e auxiliam nesta árdua caminhada.

Percebemos, no entanto, que o sistema público ainda não se atentou para as necessidades desses funcionários que precisam de um atendimento diferenciado, visto que não desejam privilégios, mas ao que tange às condições para o desenvolvimento das atividades que são realizadas, por exemplo, a locomoção para o trabalho, adequação do material, organização do espaço físico, entre outras medidas.

A esse respeito nos relatou o professor B:

Não sei onde li certa vez que ‘é preciso dar um tratamento igual para os iguais, mas um tratamento diferente para os desiguais’. Com isso, quero dizer que há algo que me diferencia das pessoas ‘ditas normais’, eu sou cego, tem coisas que eu nunca vou poder fazer, mas a igualdade a que me refiro e pela qual nós devemos lutar é a igualdade de direitos, de oportunidades, enfim, de dignidade humana e isso me impulsiona a continuar caminhando.

Esse pensamento demonstra que alguns professores com deficiência já possuem a consciência de que podem fazer a diferença, buscando melhores oportunidades de formação, de trabalho e de cidadania.

O que a nossa sociedade precisa perceber é que as pessoas com deficiência aos poucos estão aprendendo a lutar por seus direitos e, ao contrário do que muitos pensam, precisam ser encaradas como pessoas capazes de construir suas vidas.

5) Em relação às atitudes preconceituosas

Ao abordarmos que atitudes preconceituosas os professores com deficiência visual enfrentam diariamente, a professora C respondeu:

Eu vejo que não é preconceito o que eu enfrento, é o fato de me subestimarem; não é preconceito em relação à deficiência, ao fato de sermos professores cegos, ao fato de eu ser mulher ou ao fato de eu ter certas limitações, mas é o fato de subestimarem se temos ou não competência para exercer atividades em certas áreas da nossa vida.

Segundo nos afirmou a professora C, o fato de as pessoas subestimarem que ela seja capaz de realizar determinadas atividades em sua vida a deixa extremamente triste, porque geralmente se convencionou pensar que só porque uma pessoa é cega não vai poder viver de maneira autônoma e independente.

O professor B ponderou:

Entre os próprios deficientes há esta desconfiança e discriminação, os nossos próprios vizinhos não falam com a gente, acham que somos surdos também. É até engraçado, as pessoas sempre se dirigem aos nossos acompanhantes quando querem perguntar algo a nosso respeito. Não se pode desistir, pois “matamos um leão a cada dia”, em relação ao preconceito. Acredito que estas coisas acontecem porque o cego ainda não é visto como capaz.

As pessoas com deficiência ao longo da história sempre foram segregadas e excluídas. Aos poucos, os pequenos sinais de emancipação vão surgindo e causam estranheza por parte inclusive daqueles que fazem parte deste segmento. Mesmo assim, como ressalta o professor B, atitudes como pensar que o cego é surdo, dirigir-se ao acompanhante do cego, entre outras, devem aos poucos ir se desmistificando, porque o preconceito de pensar que o outro não é capaz sempre existiu, mas o que não se pode é perpetuar tais práticas em nosso meio.

O professor D interveio:

Eu não entendo por que entre os nossos próprios parentes, alguns vizinhos e colegas sempre acontecem atitudes assim, por mais que eles não percebam o mal que estão nos fazendo. No ambiente de trabalho, somos sempre os “coitadinhos”, pois as pessoas não esperam lá grandes coisas de um deficiente. Acredito que temos de mostrar as nossas dificuldades sim, mas também a nossa maneira e jeito próprio para superá-las, vencendo as atitudes preconceituosas a cada dia e principalmente mostrando a estas pessoas quanto estão equivocadas a nosso respeito.

Como afirma o professor D em sua fala, algumas pessoas ainda não aprenderam que pessoas com deficiência podem ser muito mais do que aparentam. O que nos estarrece é constatar que entre os nossos parentes existem tais preconceitos. A sociedade ainda não compreendeu que podemos até teorizar sobre a Inclusão, mas, se não a naturalizamos em nossas ações cotidianas, o nosso discurso se tornará esvaziado de todo e qualquer sentido, pois as empresas não podem nos inserir no mundo do trabalho sem acreditarem que somos capazes.

A professora K falou:

Preconceito tem, mas eu não ligo não, porque não vale a pena você ficar discutindo e outra: penso que nós devemos nos aceitar como somos e se os outros não nos aceitam só porque temos uma deficiência, é a cabeça deles que precisa mudar, não devemos ficar tristes. Cada um dá o que tem de melhor para oferecer. Eu tento levar a vida na esportiva.

A professora K constata uma triste realidade: a nossa sociedade ainda discrimina e exclui pessoas que não atendem aos padrões de normalidade por ela impostos. Esse fato ecoa também diretamente em nossas escolas, refletindo o retrato social em vigor.

Educar, às vezes, pode causar, parafraseando as palavras de Freire (1996), “estranheza e estranhamento” nos primeiros dias, porque temos uma cultura diferente do

outro, mas esse fato também pode nos indicar que a diversidade é primordial para nos desenvolvermos integralmente, pois só crescemos com as interações que o outro exerce conosco.

6) Em relação à formação profissional

Quando perguntamos como foi ou está sendo a formação dos professores, o professor H nos respondeu:

Cursei Filosofia na Universidade Federal do Amazonas – UFAM e gostei muito. Para eu não ficar restrito somente aos fragmentos das obras que o professor passava, o meu monitor lia os livros e eu escutava e assim foi, mas não tive problemas de relacionamento nem com meus professores, nem com os colegas, o curso era teórico, só teve Lógica I e II que tinham muitos gráficos, mas os colegas me ajudaram e eu concluí. Meus professores tinham boa vontade e sempre me deram a maior força, eles me davam liberdade para eu fazer a prova da maneira que fosse mais conveniente e eu cheguei a fazer prova das maneiras mais interessantes, por exemplo, o professor que percebia que eu gravava as aulas, pediu que eu gravasse as perguntas e respostas da prova e entregasse a fita a ele e outras coisas bem legais; um outro pediu que eu o acompanhasse à lanchonete e lá aplicou a prova e disse: – O que me importa é o conteúdo do que você pensa, não de que forma essa informação vai chegar em mim. E, assim, fiz prova na mesa da lanchonete. Isso é só para ilustrarmos que as pessoas podem aprender em qualquer lugar, em qualquer tempo e mesmo que tenha alguma limitação.

Analisando o item destacado, observamos pela fala do professor H que, ao longo da nossa formação, temos a oportunidade de conhecer muitos professores; há, no entanto, aqueles que vão ignorá-lo e aqueles que vão se esforçar para que você, de fato, aprenda, à sua maneira, com o que você pode oferecer de resposta, apesar de suas limitações. Tais atitudes consideramos importantes quando pensamos em Inclusão.

O professor A declarou:

[...] eu sou formado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM e estou prestes a me formar em Informática pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Como eu trabalho com Educação Especial, o aprendizado é contínuo. Nessa área, expandir cada vez mais os nossos conhecimentos é fundamental e você poder ser útil com aquilo que aprende na aplicação cotidiana é maravilhoso. É assim que eu me sinto, realizando-me a cada dia, fazendo o que gosto, ser educador.

O professor A nos contou que tanto passou por dificuldades quanto experimentou a superação dos próprios limites, amadurecendo no processo educacional, por isso não pretende

abandonar mais os estudos, pois percebeu que um profissional bem preparado pode alcançar voos cada vez mais altos.

O professor D explicou:

Enfrentei dificuldades no Instituto de Educação do Amazonas – IEA, depois fui para a Universidade Federal do Amazonas – UFAM cursar História, os professores não se sentiam preparados para me dar aulas e então eu passei por maus momentos com a ausência de material adaptado, com a dificuldade em encontrar um monitor que me auxiliasse nas atividades e com o descaso de alguns professores, mas finalmente me formei e percebo que hoje há já uma certa preocupação de que o aluno cego ou com baixa visão possa aprender com maior facilidade. Ainda não é o ideal, mas estamos caminhando. Estou cursando a pós-graduação em Educação Especial pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM e estou gostando muito, por isso não pretendo parar mais.

No processo formativo, o professor D também enfatizou as dificuldades, mas disse que conseguiu superá-las porque conquistou a amizade e despertou a solidariedade, o carinho e a admiração dos colegas e professores, pois aprenderam lições que levarão para a sua vida profissional na construção de novos conhecimentos.

O professor G disse:

Eu estudei no Rio de Janeiro, estudei dos 8 aos 11 anos lá no Instituto Benjamin Constant – IBC, depois meus pais não tiveram mais condições de me mandar, porque eles eram comerciantes. Lá no Rio, nos primeiros dias, foi difícil a adaptação, eu ia aos fins de semana para a casa de uns amigos médicos do papai, com o tempo fui gostando tanto da escola que eu nem queria mais sair nem aos fins de semana, porque eu jogava bola, ia pra piscina, eu tinha aula de música, educação física, conheci muita gente boa, até hoje, quando vou ao Rio, re-encontro meus amigos de sala, eu queria muito que os meus irmãos tivessem tido a mesma experiência, mas não deu. [...] Quando eu voltei do Rio, em 1978, passei 3 anos sem estudar. Em 1981, nós ficamos sabendo que existia a Escola Joana Rodrigues Vieira, que trabalhava com outros tipos de deficiência, depois do decreto do então governador José Lindoso, de 13 de maio de 1982, é que a escola veio se tornar específica na área da deficiência visual, aí eu continuei a estudar, mas, sabe, quando nós passamos uns anos sem estudar, você volta, se sente meio enferrujado, o raciocínio não é mais como era, fica destreinado. Estudei no Joana Rodrigues de 1981 até 1985, depois fui para o Olavo Bilac, que era uma escola de ensino regular e, em 1989, ingressei no Instituto de Educação do Amazonas – IEA e terminei em 1991. Nesse período, aconteceu um fato que me marcou para o resto da minha vida. Em 1989, eu e o Luiz queríamos muito trabalhar, então fomos procurar o então secretário de Educação, José Melo, e expliquei que eu estava precisando muito conseguir um emprego porque a minha família havia ido embora e ele ofereceu pra gente o equivalente a cem reais por mês, aí nós dissemos: não professor, nós queremos trabalhar, nós não queremos esmola, ele marcou um dia para irmos explicar o que tinha na escola que nós poderíamos fazer e nós dissemos que a biblioteca tinha livros em braille e nós poderíamos auxiliar os outros alunos deficientes, chegamos lá no colégio com o memorando e a diretora, assustada, leu o papel que dizia: “Recebam os meus amigos para trabalharem nesta escola [...]”. A

própria diretora não acreditava que havia alguma coisa que nós pudéssemos fazer lá e até hoje não nos dão tanto crédito. Eu penso que o diretor da Joana Rodrigues deveria ser um deficiente visual, nós temos gente preparada para assumir aquela escola, para ministrar aulas em escolas regulares, colegas formados para serem ótimos pedagogos e eu não consigo entender o porquê de tanto preconceito conosco. Penso que a sociedade precisa aprender a nos olhar além da nossa deficiência e começar a perceber o que nós podemos realizar.

O agravante é perceber como relata o professor G, na fala supracitada, que as pessoas não dão crédito ao trabalho dele. O mais intrigante é que são as próprias pessoas que trabalham com este profissional que não acreditam em seu potencial, pondo-o em funções que, na maioria das vezes, não condizem com suas reais capacidades.

7) Em relação às experiências de vida dos professores com deficiência visual e seus projetos para o futuro

Quando pedimos que os professores contassem um pouco das suas histórias foi um dos momentos mais satisfatórios da pesquisa, pois iam contando o que desejavam sobre suas experiências cotidianas e nos revelaram alguns projetos para o futuro.

O professor D respondeu:

Bom, eu tive sarampo quando era criança e perdi a visão total com 12 anos. Somente aos 22 anos conheci a Escola Joana Rodrigues e pude concluir o Ensino Fundamental.

Casei com uma mulher maravilhosa, tenho 2 filhos lindos, que me dão forças para não desistir das coisas que acredito.

O que pretendo? Quero concluir a pós-graduação e continuar trabalhando na área da Educação, lugar onde me encontrei como pessoa e como profissional. O que aprendi? Aprendi que posso chegar a qualquer lugar que eu desejar, basta eu querer. E eu quero!

Não adianta esperarmos pela ajuda governamental, temos de fazer alguma coisa para melhorarmos a educação que temos hoje.

Observamos, na fala do professor D, que a família o motivou a não desistir dos objetivos. Percebemos também um grande otimismo em permanecer trabalhando na área educacional.

A professora C nos revelou:

Vou iniciar com o meu casamento que envolve a minha vida pessoal, espiritual e profissional, me envolve como um todo. Meu marido também é cego, é baiano e, atualmente, não está em Manaus; está trabalhando, é professor da Universidade

Estadual da Bahia e como está difícil a transferência dele para cá, eu vou morar lá. Encerrarei as atividades aqui em dezembro deste ano. No momento, eu vou com uma Licença Especial, dependendo das condições, em termos de trabalho, eu já fico por lá mesmo, só venho visitar os parentes, os amigos e matar a saudade. Mas caso não dê certo, nós já combinamos: voltamos para Manaus. Ele tem um compromisso em relação à liberação para o doutorado (quantos ditos normais não gostariam de estar fazendo o doutorado como ele) e vai ter de cumprir esse tempo de 3 anos. Ele me incentiva muito a fazer o mestrado, pois sempre diz que nós, os cegos, não podemos parar nunca. E é isto, estou muito feliz. Uma passagem da Bíblia que eu gosto muito: quando eu adoeci, passei por muitas dificuldades, usei isso como referência para minha vida e até hoje eu uso. Filipenses 4,13: *Posso todas as coisas n'Aquele que me fortalece.*

A nosso ver, a felicidade e a realização pessoal incentivaram a professora C a começar uma vida nova ao lado do esposo.

Pensamos que mesmo com os receios naturais das mudanças, a professora demonstrou que está muito feliz.

O professor I nos declarou:

Meus pais não tinham instrução, mas eles sempre me deram muito apoio para eu estudar. Uma coisa interessante que sempre gosto de contar é que eu, morando no bairro de Santo Antônio, com a Escola Joana Rodrigues no bairro vizinho ao meu, na Glória, eu só vim tomar conhecimento dela em São Paulo, pois eu ia estudar na Escola Dorina Nowill e eu soube que havia essa escola nos cadastros deles. Voltei e iniciei os estudos aos 11 anos, já cego total, pois sempre fui muito curioso e gostei de ler tudo o que eu via, amava descobrir novas coisas ainda não conhecidas. Quando eu entrei, já sabia o alfabeto todo e tive um desempenho muito bom, nós tínhamos muito apoio dos professores, porque as professoras tinham a maior paciência e dedicação para gravar os textos para nós em fitas cassete, nós éramos mais ouvintes na sala, mas isso também nos ajudava muito, nós fazíamos a maioria das provas oralmente, porque na Escola Joana Rodrigues só havia até a 4.ª série. Quando nós fomos para a escola regular, os professores não conheciam o sistema braile, e para não surgirem desconfiças eu preferia fazer as avaliações oralmente. Eu sempre tentei e consegui superar as dificuldades, porque eu nasci com glaucoma, só tinha um pouco de visão no lado direito. Um dia eu acordei de manhã e a minha vista estava muito embaçada, quando eu dei por mim, já era, eu estava completamente cego. Aos 11 anos é uma experiência um tanto dolorosa, parecia um pesadelo e, como eu era muito curioso, eu ficava escutando a minha irmã lendo os livros dela e meu tio ia ensiná-la, e eu absorvi muita coisa, me ajudou quando eu comecei a estudar o braile mesmo. Eu penso em fazer um concurso federal para que possa proporcionar à minha família uma vida melhor, com mais conforto, até porque eu fico um pouco triste com os rumos que a Educação vem tomando hoje, pois os meus filhos estudam em escola pública e já sabem que a escola não reprova mais e isso é muito ruim, porque acaba ficando muito solto esse compromisso em estudar. Estou na expectativa de ser chamado no Ministério Público, ao qual passei e só espero coisas boas daqui para frente.

Que as pessoas não prejudquem o deficiente, procurem saber a capacidade que aquela pessoa tem, porque as pessoas não podem ter somente defeitos, sempre tem uma habilidade, sempre tem uma competência, que se você der uma oportunidade o deficiente pode deslanchar e chegar muito longe.

Você já se imaginou cego? É uma situação inusitada e assustadora. É como se você tivesse o mundo nas mãos e, de repente, lhe tirassem o chão.

O professor I nos relatou que, mesmo morando próximo a uma escola para pessoas com deficiência, só tomou conhecimento dela quando viajou para outro Estado. Este sério dado demonstra que as instituições precisam investir mais na divulgação dos serviços por elas oferecidos, para que mais pessoas possam usufruir deles. Afinal, quantas pessoas deixam de ser atendidas por falta de informações adequadas.

O professor A nos contou:

Eu tenho aprendido muito aonde eu posso chegar com o meu estudo e a minha formação, porque os meus pais são de origem simples, mas eu agradeço muito as oportunidades e o apoio que sempre me deram, de me ensinar quanto era importante ocupar o meu lugar na sociedade, pois com o nosso trabalho nós podemos contribuir muito para o desenvolvimento de um ser humano melhor e eu tenho a perspectiva de continuar evoluindo cada vez mais, tentar uma pós, mestrado, quem sabe, não é? Estou muito comprometido com o trabalho, quem sabe uma projeção familiar e a partir daí sempre buscar o melhor daquilo que nós podemos ser.

O deficiente visual nunca é visto como fim, mas só como um meio de autopromoção de pessoas que querem se perfazer sobre ele. Penso que o deficiente deveria ser lapidado para que pudesse mostrar a sua real beleza, não por caridade, mas pelo direito de ser um diamante que faça parte da sociedade em que vivemos.

O professor A também concorda que a presença, o apoio e as oportunidades que seus pais lhe deram o fizeram adquirir autoconfiança e coragem necessárias para continuar se desenvolvendo como pessoa e profissional. Tem sonhos e projetos para o futuro muito interessantes, pois sabe que somente com determinação alcançará mais vitórias ainda.

A professora K nos revelou:

No início eu tive muitas dificuldades, principalmente na minha família, porque os meus 5 irmãos homens tinham vergonha de andar comigo, eles diziam: – Poxa, todo dia tem de deixar e ir buscá-la na escola! Então eu ia ficando triste e ficava pensando: eu vou ter de aprender a me virar sozinha. Tinha uma professora que ia me ensinar a andar com a bengala, mas eu peguei meningite e passei um tempo internada; naquele tempo, as ceguinhas não andavam de bengala e eu fui pioneira a querer aprender, mas depois da internação a professora ficou com medo de me ensinar, então eu fui aprendendo na marra, sempre pedindo auxílio quando eu preciso. No colégio eu tinha muitas dificuldades, mas devagar eu ia aprendendo como lidar com isso. Eu tinha mais ou menos 24 anos quando sofri um acidente de carro, fiquei em coma, tive um derrame e, quando eu acordei, não enxergava mais nada. Bom, no início eu não entendia o que estava acontecendo, aí aos poucos foram me explicando, o médico disse que ainda tinha uma esperança de eu voltar a enxergar, porque eu era muito nova, mas depois da meningite essa esperança se foi e eu decidi seguir em frente. Pretendo terminar de construir a minha casa. Eu gostaria muito de perder mais a timidez, eu sou meio envergonhada, quem sabe, fazer um

daqueles cursos que ajudam a nos desinibir, pretendo também fazer uma pós, futuramente, mas sou muito feliz com as coisas que já conquistei até aqui.
É preciso viver a cada instante, a cada momento, nós temos de valorizar muito a vida, que é muito linda.

A vida é de fato uma caixinha de surpresas. Geralmente não pensamos em perder, de uma hora para a outra, um sentido tão importante quanto o da visão. Mas se de repente acontecer? Vamos desistir da vida ou vamos ter a coragem para uma reabilitação?

A experiência relatada pela professora K nos reforça quanto a nossa vida é frágil e quanto precisamos aprender com as dificuldades que dela fazem parte integrante.

A professora J relatou:

Eu nasci cega [...], mas a minha família sempre me apoiou, a minha irmã ia me levar e buscar na escola e sempre fui muito amada. A minha vida profissional está sendo boa até aqui e planos para o futuro é fazer o que eu gosto que é cursar Jornalismo, poder construir uma casa, comprar um carro e ter a minha independência financeira, quem sabe fazer um concurso público. Afinal, não é porque eu sou cega que eu vou ficar lá em casa me embalando numa rede não, eu vou à luta!
Nunca desista dos seus sonhos, persista sempre, porque enquanto se está vivo, temos de ter a esperança e lutar pelos nossos objetivos.

A professora J salientou que sempre se sentiu muito amada pela sua família e este fato contribuiu muito para sentir-se mais segura. Deseja ser uma grande jornalista e nos disse que não é porque é cega que vai ficar esperando a vida passar. Ela vai em busca dos seus sonhos.

O professor B nos disse:

Mesmo cego, eu sempre tive muita esperança de que tudo daria certo. Voltei a estudar em 1984, daí fundei a Associação dos Pessoas com deficiência visual do Amazonas – ADVAM. Não pretendo ser rico, quero ser feliz, vivendo com dignidade com a minha família. Eu só quero é continuar ajudando os alunos e os colegas que precisam, porque acredito que o deficiente não precisa e nem busca piedade, ele almeja por oportunidades.
*Demorei muito para chegar onde estou, foi difícil e desgastante, mas uma lição muito importante eu tirei de tudo isso:
 Para o cego, o céu é o limite!*

O professor afirma que deseja continuar trabalhando em prol de uma Educação de fato, de qualidade. Pretende continuar ajudando aos alunos e colegas que precisam. Deseja viver com dignidade com a família, sem excessos.

O professor G relatou:

Eu não nasci cego, fiquei cego em virtude de um glaucoma e eu tenho mais 7 irmãos, somos 4 cegos e 1 enxerga pouco, o Cristiano, que fez uma cirurgia com 2 anos e, até hoje, controlou o glaucoma. [...] Perdi a visão com 7 anos, ela foi diminuindo até que sumiu. [...] Bom, casei em 2000, minha mulher também é deficiente visual, é professora, ela não tem muita mobilidade, não anda sozinha. Quando eu passei no concurso, fui direto para o Joana Rodrigues, porque meus pais venderam tudo e foram embora para o Nordeste, eu fiquei com a minha tia, porque eu tinha passado no minivestibular do Instituto de Educação do Amazonas – IEA e tinha os meus objetivos que era estudar, trabalhar e eu tive que me virar. Então na Associação dos Pessoas com deficiência visual do Amazonas – ADVAM tinha uma comissão de expansão de sócios, onde nós tínhamos de arrecadar dinheiro para a Associação e tantos por cento é para quem arrecadava, era uma dificuldade e eu tinha de me virar, morando lá com a minha tia, uma época difícil mesmo, aí acabei conseguindo uma casa, pela antiga SHAM (que era o sistema habitacional da época), meu plano estava pronto, que era morar sozinho e conseguir um trabalho. Hoje, meus pais moram lá, tudo o que conseguimos é com muita dificuldade, depois meus pais e meus irmãos voltaram do Nordeste e foram morar comigo, para mim foi maravilhoso, foi uma fase difícil, mas acredito que tudo na vida é um aprendizado. Agora, eu pretendo fazer a minha pós-graduação, esse ano tem eleição na Associação dos Pessoas com deficiência visual do Amazonas – ADVAM e o pessoal quer que eu me candidate a presidente e, se eu for eleito, pretendo trabalhar uma pessoa com deficiência para ir para a Câmara Municipal, estamos precisando de um representante lá, mas alguém pode dizer que isso não é importante, é muito importante sim, porque você fecha com um vereador, qualquer desses que tem aí, ele vai dizer que tem compromisso com a gente, mas não vai fazer nada pela gente, porque ele não sente na pele os nossos problemas, uma coisa é isso, a outra é você só se compadecer, é de fato muito diferente, em quase todo o Brasil já tem representantes cegos nas câmaras municipais e assembleias e por que nós não nos unimos para lutar pelos nossos próprios direitos? Penso que está mais do que na hora.

Nós só conseguimos aprender com as dificuldades, porque assim amadurecemos e alcançamos o que desejamos.

Quando dom Pedro fundou aqui no Brasil a 1.^a escola de cegos da América Latina, que foi o Instituto Benjamin Constant – IBC, ele falou assim: *Ser cego é triste, mas quase já não é uma desgraça.* Isto quer dizer no meu ponto de vista que podemos chegar muito mais longe do que pensamos.

O professor G relatou alguns pensamentos que nos faz pensar muito em nossas escolhas. Conta que nada o que conseguiu foi fácil, geralmente as pessoas não acreditam que uma pessoa com deficiência não vai chegar de fato muito longe.

Após essa fala, percebemos um grande otimismo em acreditar que as coisas vão dar certo, pois há a coragem, a paciência e a esperança para isso.

O professor F declarou:

Recebi um convite para trabalhar no Complexo Municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo – CMEE, da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, e estava pensando em criar um projeto para os pessoas com deficiência visual que

resgatasse as cantigas de roda e outras formas culturais que ajudam muito na Educação.

Penso que a vida é um desafio e que nós estamos no mundo é para superarmos os próprios limites.

Os projetos do professor F seguem no plano profissional de criar projetos que resgatem as heranças culturais, tanto do Estado do Amazonas quanto do restante do país, que certamente auxiliarão muito o desenvolvimento cognitivo dos educandos.

O professor H nos presenteou com esta história:

Eu nasci em Novo Aripuanã, município do estado do Amazonas, localizado na calha do rio Madeira, de família muito humilde, minha mãe era doméstica, meu pai era pescador, vivíamos da caça, da pesca e da agricultura, mas, uma coisa que meu pai sempre valorizou foi a escola e ele sustentava a nossa escola com o que ganhava em seu ofício. Aos 10 anos eu vim para Manaus, morar com a minha irmã mais velha [...], nós éramos muito apegados um ao outro. Estudei até a 3.^a série em Novo Aripuanã, eu tinha a visão quase normal e terminei a minha escolaridade aqui em Manaus. Estudei na Escola Estadual Marquês de Santa Cruz, meu penúltimo ano fiz no Instituto Benjamin Constant e no último estudei na Escola Estadual General Rodrigo Otávio, no Distrito Industrial daqui de Manaus, onde, com 18 anos, eu já trabalhava na fábrica; então eu saía da fábrica e o ônibus da empresa já me deixava em frente ao colégio e lá tomava banho, fazia um lanche e ia pra sala de aula. Foi um ano muito difícil pra mim, porque a casa da minha irmã era muito longe de lá e, às vezes, eu chegava em casa 1 hora da manhã. Fiz Eletrônica, mas não exerci. Tudo o que eu mais queria era cursar Medicina. Com 19 anos, tentei o vestibular, mas não passei, então fiz o concurso para a Assembleia Legislativa, passei e por onde, atualmente, estou aposentado. Aos 24 anos, eu entrei na Faculdade de Medicina, parecia um sonho, ainda fiz um período, mas já estava com a visão comprometida e não pude continuar, busquei recursos em São Paulo e Belo Horizonte, mas até hoje a patologia é irreversível: retinose pigmentar. Voltei para Novo Aripuanã, passei 3 anos pensando na minha vida, foram 3 anos que me fizeram muito bem e retornei pra Manaus, porque eu entendia que ainda tinha muita coisa para fazer e eu não me conformava em ficar ali e estacionar a minha vida para sempre. Tomei a decisão de estudar, tinha uma certa resistência à bengala, mas depois fui me adaptando e o meu 1.^o emprego após ficar cego foi de propagandista de loja, era muito engraçado porque, às vezes, as pessoas não percebiam que eu não enxergava e perguntavam: – Quanto custa essa peça aqui? Eu tinha sempre que chamar um vendedor e, com muito bom humor, eu fui me acostumando. Estudei para o vestibular em Filosofia com um cara sensacional, Dalmir Pacheco, um amigo incrível, dele eu ganhei de presente a amizade e o apoio, pois ele e a esposa acreditavam em mim e me incentivavam muito. [...]

Eu estou deixando a presidência da Associação dos Pessoas com deficiência visual do Amazonas – ADVAM este ano para dar a oportunidade para outros colegas, mas pretendo continuar colaborando, ainda vou fazer meu mestrado e o meu doutorado e tenho pretensões políticas, de preferência candidato a deputado estadual em 2010; tenho projetos de lançar livros, artigos eu já deverei estar lançando este ano em alguma revista científica, mas eu quero avançar na área da Educação, foi uma área que realmente me apaixonei, então pretendo lançar um livro de contos infantis e algumas obras científicas na área de Educação Especial para aprimorar os meus conhecimentos.

Se as coisas boas passam, as coisas ruins também passam.

A vida do professor H foi permeada por muitos percalços, alguns sonhos desfeitos, uma superação incrível, com a ajuda de pessoas que acreditaram nele e na sua capacidade de vencer os receios e seguir em frente, sendo muito feliz.

O professor E concluiu:

Aos 2 anos eu tive glaucoma, passei por 13 cirurgias dolorosas. Sou formado em Matemática, mas quero fazer uma faculdade de Direito, porque tenho pretensões políticas. Quero poder ser útil para as pessoas, principalmente para ter alguém no poder público que possa fazer algo de concreto em prol das pessoas com deficiência. *Continue sempre, mesmo que os obstáculos surjam ao longo do caminho, isso para a nossa vida é fundamental.*

As pessoas com deficiência visual de Manaus que atuam como professores, com a sua cultura e maneiras específicas de conceberem o mundo que as cerca, demonstraram com suas respostas que aprenderam a valorizar o ser humano que são e sabem o porquê estão na profissão que escolheram.

Dificuldades, obstáculos, desafios e limites, todos nós encontramos no decorrer dos nossos processos de aprendizagem, mas nem por um momento observamos nesses profissionais o sentimento de fracasso, desânimo ou desistência dos seus objetivos. O que presenciamos foram depoimentos de superação, força de vontade e um imenso amor pela vida.

Antes de pensarmos em sermos professores deveríamos ter nos questionado se estávamos dispostos em doarmos o nosso tempo e a nossa vida para que alguns de nossos alunos fizessem desses dois elementos laboratório de aprendizagem contínua.

Deveríamos ter avaliado cuidadosamente se valeria a pena passarmos por alguns fracassos escolares como evasões, retenções ou reprovações, pois alguns alunos nos foram tirados cedo demais.

Poderíamos ter ponderado melhor as questões salariais e, quem sabe, teríamos escolhido outro ofício que não fosse tão dispendioso nem desgastante. Sinceramente, se não gostássemos muito de discutir sobre política, poderíamos ter, simplesmente, ignorado a possibilidade de nos tornar formadores de opiniões, quem sabe, ter umas dessas profissões *lights* para não nos indispormos nem com quem manda no poder, nem com a intrigante curiosidade dos nossos alunos sedentos de novos saberes. Aprendemos que quem educa não discrimina, não tem preferidos, tem desafios a serem alcançados e alunos a serem resgatados dos porões da hipocrisia.

Quem educa ama, mesmo sem respostas imediatas, ama, mesmo que a linguagem seja difícil, meio em sinais, meio em gestos, mesmo que a leitura seja diferenciada, mais lenta e os passos sejam um pouco tropeçantes porque, para ser um Educador de verdade, aprende-se até a ter muita paciência para colher resultados, sem desesperar-se porque eles chegam de acordo com o ritmo e o tempo de cada pessoa, uma vez que somos diferentes e isso não nos diminui, só contribui para o nosso crescimento tanto pessoal quanto profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método e os instrumentos escolhidos nos auxiliaram a compreendermos a realidade vivenciada pelos sujeitos desta pesquisa, seus obstáculos, desafios e metas, a fim de conhecermos melhor quem são esses profissionais e, verificando suas maiores dificuldades, tecemos algumas sugestões na superação dos próprios limites e combate à discriminação.

Ao finalizarmos este estudo de mestrado, imensamente regozijados pelos resultados obtidos, aprendemos que, embora não se tenha ainda um sistema educacional preparado para receber as pessoas com deficiência, podemos chegar a qualquer lugar que desejarmos.

Esta dissertação veio demonstrar que pessoas cegas ou com baixa visão podem ser consideradas cidadãs quando lhes são oferecidas as condições necessárias para o pleno desenvolvimento de suas reais capacidades e potencialidades.

Assim, os professores com deficiência visual de Manaus são profissionais que têm muito a contribuir com a Educação do nosso município, do nosso Estado e do nosso país.

O ensino e a capacitação de profissionais com deficiência devem suscitar, no entanto, o cumprimento das leis já existentes na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e Câmara Municipal de Manaus, bem como gerar novos caminhos legais que possibilitem respaldar e fazer cumprir os direitos destas pessoas.

É imprescindível, nesse contexto, percebermos quanto é necessária uma formação crítica, ética e política que venha a oferecer aos futuros professores as oportunidades de construir novos saberes por intermédio dos conhecimentos elaborados.

Urge, também, ultrapassarmos os antiquados apelos por conscientização social em prol da Inclusão e partimos para ações concretas, que favoreçam muito mais do que atitudes paliativas, mas, sobretudo, o direito de termos os direitos respeitados em uma sociedade multicultural.

A nosso ver, contudo, de alguém que fala do lugar tanto de educadora quanto de pessoa com deficiência, não podemos perder a esperança de criarmos, em nossa sociedade, um novo olhar sobre a Educação e Formação Profissional de pessoas com deficiência, para que estas assumam para si a tessitura e o protagonismo de suas histórias.

Este trabalho não foi elaborado com a pretensão de responder todas as dúvidas a respeito da formação dos professores cegos ou com baixa visão de Manaus, mas surgiu com a intenção de identificá-los, pois sabemos que eles existem, mas não tínhamos a ideia do que eles passaram para ter uma formação educacional e se tornarem os profissionais que são hoje.

Afinal, todos os dias aprendemos que quem educa encontrou seu lugar no mundo e aprendeu que ninguém nasceu para viver sozinho, isolado, alijado, excluído.

Quem educa não o faz só, mais aprende do que ensina, aprende mais na troca do que na imposição, aprende que a sua maior matéria-prima é o entusiasmo, a coragem e o afeto.

Quem educa se re-encanta a cada novo conteúdo, a cada nova palavra, metas que se alcançam com luta e ternura.

Quem educa é incansável, pois sempre encontra uma saída para os obstáculos, sem ser herói, nem santo, mas homens e mulheres comuns que vivem em um mundo muito especial.

Esta pesquisadora muito satisfatoriamente sente-se feliz com os resultados alcançados. Esse sentimento somente aumenta o desejo de que mais estudos se deem nessa direção para conhecermos mais especificidades desses profissionais da Educação e, principalmente, ajudá-los na construção de novas metodologias de ensino-aprendizagem para as gerações futuras.

Pistas, desafios e propostas para novas pesquisas

De um modo ou de outro, chegamos até aqui e urge o momento da nossa tomada de decisão: Desejamos ou não ser sujeitos do processo educativo? Ou preferimos continuar cegos, surdos e mudos aos apelos por uma Educação, de fato, de qualidade?

As circunstâncias nas quais nos tornamos professores, agora, é o que menos importa, a urgência é escolhermos qual será a nossa nova postura de professores daqui para frente.

Diante das nossas primeiras impressões ao iniciarmos a pesquisa, o processo teórico-metodológico que experimentamos e as falas dos professores apresentadas neste trabalho, propomos alguns desafios para novas pesquisas, dentre elas, destacamos:

1. As potencialidades do professor cego perante as exigências de um mundo vidente;
2. A formação crítica, ética e política dos professores cegos ou com baixa visão;
3. A presença marcante do professor cego no centro das discussões sociais e cidadãs;
4. Pessoas com Deficiência: Coitadinhas ou sujeitos de direitos?;
5. Políticas Públicas de atenção às pessoas com deficiência: Realidade ou mito?;
6. Leis inclusivas ou exclusivas somente para alguns;

7. Vagas para pessoas com deficiência: Oportunidades X Profissionalização;
8. Como faço para me tornar inclusivo? Tem alguma pílula?;
9. Inclusão: Mudando conceitos, paradigmas e histórias de vida;
10. Filosofia do Olhar: Aprendendo a olhar o outro além da sua deficiência;
11. A formação do professor com deficiência no Estado do Amazonas.
12. Acessibilidade: Alternativas e Possibilidades de Cidadania para as pessoas com Deficiência.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Lígia Assumpção. “Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação”. In: (Org.) **Diferenças e preconceitos na escola: Alternativas teóricas e práticas**. 5.^a ed. São Paulo: Summus, 1998.
- AQUINO, Júlio Groppa. “Ética na escola: a diferença que faz diferença”. In: (Org.) **Diferenças e preconceitos na escola: Alternativas teóricas e práticas**. 5.^a ed. São Paulo: Summus, 1998.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 3.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- BENETTI, Cláudia Casiane. **Direcionando um olhar para a subjetividade singular presente no processo de ensino-aprendizagem: Um olhar psicanalítico**. Disponível no site http://www.educacaoonline.pro.br/direcionando_um_olhar.asp?fid_artigo=371 – Acesso em 26/12/2007.
- BRANDÃO, Zaia. **A formação dos Professores e a questão da Educação das crianças das camadas populares**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, 1982.
- CÂMARA, Helder. **Um olhar sobre a cidade**. São Paulo: Paulus, 1995.
- CAVALCANTE, Meire. “Leis sobre Diversidade”. In: **Revista Nova Escola (Edição Especial). Inclusão – Todos aprendem quando as crianças com deficiência vão à escola junto com as outras**. Outubro, 2006.
- COIMBRA, Ivané Dantas. **A inclusão do portador de deficiência visual na escola regular**. Salvador: Edufba, 2003.
- EDLER CARVALHO, Rosita. **Educação Inclusiva: Com os pingos nos “is”**. 4.^a ed. Porto Alegre: Mediação (2004), 2006.
- _____. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem: Educação Inclusiva**. 6.^a ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- FERRAZ, Ricardo. **Visão e Revisão – Conceito e Preconceito** (Coletânea de Cartuns), 1981-2001. 3.^a ed. Cachoeira de Itapemirim: Bangraf, 2006.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa – escolar**. 28.^a ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2000.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.); Anita Helena SCHLESNER *et al.* **Políticas Públicas e Gestão da Educação: Polêmicas, Fundamentos e Análises**. Brasília: Líber Livro, 2007.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial: Programas de estimulação precoce – Uma introdução às idéias de Feuerstein**. 2.^a ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FONTANA, Roseli Cação. “Descobrimo o gosto de ser professora”. Entrevista à **Revista Presença Pedagógica**, v. VI, n.º 35 – set./out., 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **A pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Unesp, 2001.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In FAZENDA, Ivani (org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 9^a Ed. São Paulo: Cortez, 2004

GADOTTI, Moacir; José F. Romão (Orgs.). **Autonomia da Escola – Princípios e Propostas**. 6.^a ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Concepção Dialética da Educação: Um estudo introdutório**. 15.^a ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Educação Multicultural e Pedagogia Crítica**. São Paulo: Cortez, 1997.

GENTILI, Pablo. “Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias”. In: GENTILI (Org.) **Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GLAT, Rosana. “Inclusão Total: Mais uma Utopia?”. **Revista Integração**. Brasília, v. 8, n.º 20, 1998.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia crítica: Alternativas de mudança**. 43.^a ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1998.

HOFFMANN, Jussara in Rosita Edler. **Educação Inclusiva: Com os pingos nos “is”**. 4.^a ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. 20.^a ed. São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos – vol. 23), 1989.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós – Ensaio sobre a Alteridade**. Tradução: Pergentino Stefano Pivatto (Coord.). 2.^a ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos (2006). **Diretrizes Curriculares da Pedagogia – Um Adeus à Pedagogia e aos Pedagogos?** Disponível no site: <http://www.ced.ufsc.br/nova/Textos/JoseCarlosLibaneo.htm> – Acessado em 5 de setembro de 2008.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas (temas básicos de educação e ensino)**. São Paulo: EPU, 1986, 6.^a reimpressão (2003).

LUFT, Lya. “Lembro-me dele”. In: ABRANOVICH, Fanny (Org.). **Meu professor inesquecível – Ensinos e aprendizados contados por alguns dos nossos melhores escritores**. São Paulo: Gente, 1997.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Helena Barreiro. Porto: Editora Grijalbo, 1986.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: Questões, métodos e processos**. 3.^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Reconstruindo a concepção de deficiência na formação de recursos humanos em educação especial. In: MARQUEZINE, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amélia; TANAKA, Eliza Dieko Oshiro (Orgs.). **Perspectivas multidisciplinares em educação especial II**. Londrina: UEL, 2001. p.53-64.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação – Introdução ao Estudo da Escola no processo de Transformação Social**. 8.^a ed. São Paulo: Loyola, 1998.

MOCELLIN, Renato. **História**. Vol. Único: Ensino Médio. 2.^a ed. São Paulo: Ibec, 2005.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 9.^a ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2004.

MULLER, Tânia Mara Pedroso; GLAT, Rosana. **Uma professora muito especial**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich. **A origem da tragédia**. Trad. Álvaro Ribeiro. 5.^a ed. Lisboa: Guimarães & C. Editores, 1994.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

OMOTE, Sadao. “A concepção de deficiência e a formação do profissional em Educação Especial”. In: **Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial II**/Maria Cristina Marquezine, Maria Amélia Almeida, Eliza Dieko Oshiro Tanaka (Orgs.); apresentação Sadao Omote. Londrina, São Paulo: UEL, 2001.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: Gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

PINHEIRO, Lúcia M. “Treinamento, formação e aperfeiçoamento de professores primários”. In: **II Conferência Nacional de Educação**. Anais. Porto Alegre: MEC/Inep, 1967.

RODRIGUES, Neidson. **Elogio à Educação**. 2.^a ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSSINI, Maria Augusta Sanches. **Pedagogia Afetiva**. 3.^a ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTOS, Núbia Aparecida Schaper; MENDES, Enicéia Gonçalves. “A inclusão de alunos com deficiência na escola regular: Algo de novo no front?”. In: **Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial II** / Maria Cristina Marquinez, Maria Amélia Almeida, Eliza Dieko Oshiro Tanaka (Orgs.); apresentação Sadao Omote. Londrina, São Paulo: UEL, 2001.

SARTRE, Jean-Paul. “O existencialismo é um humanismo”. In: **Sartre**. Tradução de Rita Correia Guedes *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SHOR, Ira e FREIRE, Paulo. Tradução de Adriana Lopez; revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. **Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor**. 11.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

TORRES, Carlos Alberto. **Entrevista concedida à revista Nova Escola** em maio de 2008, p. 26-30, ano XXIII, n.º 212.

WERNECK, Claudia. “Um tiro no preconceito”. **Jornal do Brasil**, concedida em 14/9/1996. Disponível no site: <http://intervox.nce.ufrj.br/~elizabet/tiro.htm>

ZAGURY, Tânia. **Educar sem culpa – A gênese da ética**. 20.^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em

http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_31.12.2003/88.htm

BRASIL, MEC, SEESP. Acessado em 3 de setembro de 2008

_____. **LEI nº 7.853/89** – Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências

_____. **LEI nº 8.069/90** – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências; Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm - ACESSADO EM 5 7 17

_____. **LEI nº 4.024/61** – Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Revogada pela Lei nº 9.394, de 1996, exceto os artigos 6º a 9º Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm. Acessado em 7 10 18

_____. **Lei nº 9.394/96** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996, Direito à Educação: Subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – Orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/Seesp, 2004.

_____. **Lei Nº 10.048/00** – Ministério da Educação - MEC. Secretaria de Educação Especial.. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. 19 de dezembro de 2000.

_____. **DECRETO Nº 3.956/01** – Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. **Convenção da Guatemala**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm - ACESSADO EM 5 7 17

_____, **Reunião do Presidente da República Federativa do Brasil**. Luiz Inácio Lula da Silva com os Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, transmitida ao vivo pelo canal 70 – Vivax, TV NBR, às 10h30 do dia 3 de setembro de 2008.

_____. **RESOLUÇÃO CNE/CEB/01 Nº 2** – Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

_____. **Declaração de Salamanca – 1994** – Procedimentos das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, 2008. A/RES/48/96, Resolução das Nações Unidas adotada em Assembleia-Geral. Disponível no site: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> – Acessado em 2 de setembro de 2008.

_____. **Declaração de Jomtien – 1990**; Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Março de 1990

_____. **Declaração Mundial dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2006)**

_____. **Declaração dos Direitos da Criança – 1959**. Disponível no site: http://pdfc.pgr.mpf.gov.br/conteudo-tematico/conf-nacional-de-direitos-humanos/documentos/instrumentos_internacionais/declarac255eo%20dos%20direitos%20da%20crianca.pdf – Acessado em 3 de setembro de 2008.

_____. **Plano Decenal de Educação para todos**. Brasília: MEC – 1993 – versão acrescida.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente – 1990**. Disponível no site: <http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/camara/internet/publicacoes/estatutocrianca.pdf> – Acessado em 2 de setembro de 2008.

OBRAS CONSULTADAS

ARANHA, Maria Salete Fábio (Org.). **Educação inclusiva: A fundamentação filosófica**. Brasília: Ministério da Educação.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. 2.^a ed. São Paulo: Educ, 2004.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional** – Coletânea de textos de vários autores. 9.^a ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (Compiladores). **La Ciudadanía Negada – políticas de Exclusión y el trabajo**. Buenos Aires: Clacso, 2001.

HENGEMÜHLE, Adelar. **Formação de professores: da função de ensinar ao resgate da educação**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARTINS, Araújo Ramos – [et tal.] (Orgs.). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MELLO, Maria Cristina e RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **Competências e Habilidades: da teoria à prática** (Orgs.). Rio de Janeiro: WAK, 2003.

MORAES, Maria Cândida. **Educar na biologia do amor e da solidariedade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

QUEIROZ, Renato da Silva. **Não vi e não gostei: o fenômeno do preconceito**. São Paulo: Moderna, 1995.

SÁ, Elizabet Dias de (Org.); CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Deficiência Visual**. São Paulo: MEC/Seesp, 2007.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. 38.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VIZIM, Shirley Silva; VIZIM, Narli (Orgs.). **Educação Especial: Múltiplas leituras e diferentes significados**. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil – ALB, 2001.